

**MUNICÍPIO DE BELMONTE/SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021**

**PARECERES DE RECURSOS EM FACE DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA E DO
GABARITO PRELIMINAR**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | CONTROLE INTERNO

Texto da questão recorrida

No que concerne à responsabilidade estatal no direito brasileiro, é CORRETO afirmar que:

- (A) Para o terceiro obter ressarcimento de danos em face do Estado, é imprescindível que haja comprovação de culpa ou dolo do agente público que causou os danos.
- (B) A responsabilidade dos agentes públicos, quando, nesta qualidade, causam danos a terceiros, é solidária.
- (C) A pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviços públicos, responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (D) No Brasil, a responsabilidade do Estado, conforme o direito administrativo, é regida pela teoria do risco integral.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	20
02	15
03	16
04	16

Inscrição	118
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	15) No que concerne à responsabilidade estatal no direito brasileiro, é CORRETO afirmar que: (A) Para o terceiro obter ressarcimento de danos em face do Estado, é imprescindível que haja comprovação de culpa ou dolo do agente público que causou os danos. (B) A responsabilidade dos agentes públicos, quando, nesta qualidade, causam danos a terceiros, é solidária. (C) A pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviços públicos, responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. (D) No Brasil, a responsabilidade do Estado, conforme o direito administrativo, é regida pela teoria do risco integral.

<p>Descrição dos fatos</p>	<p>Analisando a questão em sua descrição correta a Alternativa C está incompleta, conforme mencionado no “Art. 37, § 6º – As pessoas jurídicas de DIREITO PÚBLICO E as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” Além disso, Ação Regressiva é a ação usada para que a Administração Pública, após indenizar o particular em face da ação de um agente seu, possa reaver o valor desembolsado com tal ressarcimento. Note que alguns requisitos são fundamentais para o exercício do direito de regresso: Que haja dano ao particular indenizado pela Administração Pública com base em sua responsabilidade objetiva; Que o agente tenha agido com dolo ou culpa no surgimento desse dano. fazendo referencia a alternativa A....nesse caso sugere-se revisão da questão e parecer, e conseqüentemente, anulação da questão, uma vez que a alternativa mencionada na alternativa do gabarita estar incompleta, induzindo o candidato a um cenário duvidoso.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A alternativa dada como correta encontra fundamento na redação do art. 37, § 6º, da Constituição. RECURSO INDEFERIDO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>



Texto da questão recorrida

A respeito das entidades que podem compor a Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

(A) As fundações públicas possuem natureza jurídica de direito privado e sua criação prescinde de autorização legislativa.

(B) As empresas estatais são pessoas jurídicas de Direito Privado cuja criação é autorizada por lei específica, sendo necessário o registro dos atos constitutivos no Cartório de Pessoa Jurídicas – em se tratando de sociedade não comercial - ou na Junta Comercial, quando tiver natureza empresarial.

(C) Os órgãos públicos são entidades da administração direta com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e capital exclusivo, criados por lei para a execução de atividade pública.

(D) As autarquias gozam de prazo prescricional especial e não se submetem ao regime de precatórios no pagamento de seus débitos.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	15
02	16
03	12
04	11

Inscrição	97
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	<p>16) A respeito das entidades que podem compor a Administração Pública, é CORRETO afirmar que:</p> <p>(A) As fundações públicas possuem natureza jurídica de direito privado e sua criação prescinde de autorização legislativa.</p> <p>(B) As empresas estatais são pessoas jurídicas de Direito Privado cuja criação é autorizada por lei específica, sendo necessário o registro dos atos constitutivos no Cartório de Pessoa Jurídicas – em se tratando de sociedade não comercial - ou na Junta Comercial, quando tiver natureza empresarial.</p> <p>(C) Os órgãos públicos são entidades da administração direta com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e capital exclusivo, criados por lei para a execução de atividade pública.</p> <p>(D) As autarquias gozam de prazo prescricional especial e não se submetem ao regime de precatórios no pagamento de seus débitos.</p>
Descrição dos fatos	<p>Gabarito preliminar aponta como alternativa correta “B” EMPRESAS ESTATAIS serão criadas por autorização de lei específica com o devido registro dos atos constitutivos, e sua extinção, por paralelismo jurídico, também se dará por lei. Conforme Art. 37 da CF/88 , XIX – “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”; (Redação dada pela EC nº 19 , de 1998). Portanto, não estabelece órgão do registro</p>



	dos atos constitutivos. Diante do exposto NÃO há alternativa correta para a questão número 16.
Parecer Banca	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: O fato de uma alternativa não reproduzir a literalidade ou integralidade de um dispositivo normativo, não retira dela sua correção. A doutrina administrativista é uníssona quanto aos órgãos de registro dos atos constitutivos das empresas estatais. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.



Texto da questão recorrida

A respeito do processo administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

(B) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

(C) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

(D) O processo administrativo não pode ser iniciado de ofício pela Administração Pública.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	18
02	19
03	15
04	14

Inscrição	97
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	<p>19) A respeito do processo administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.</p> <p>(B) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.</p> <p>(C) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.</p> <p>(D) O processo administrativo não pode ser iniciado de ofício pela Administração Pública.</p>
Descrição dos fatos	<p>Gabarito preliminar aponta como alternativa correta "D" "O processo administrativo não pode ser iniciado de ofício pela Administração Pública." Conforme os arts. 5º e 6º da Lei 9.784/99: Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado. Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados: (...) Conforme legislação (Art 5º) que trata de processos administrativos não consta "pela Administração Pública" Ainda Lei n.º 9.784/99: Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua</p>

	<p>competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial. Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo; II - a decisão de recursos administrativos; III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade. Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir. Diante do exposto NÃO há alternativa correta para a questão número 19.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: O fato de uma alternativa não reproduzir a literalidade ou integralidade de um dispositivo normativo, não retira dela sua correção. A alternativa apontada pelo gabarito encontra fundamento no art. 5º da Lei 9.784/99. RECURSO INDEFERIDO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>



Texto da questão recorrida

A respeito dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Compete aos tribunais de contas estaduais julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores públicos de entidade da administração pública indireta estadual.

(B) Lei orgânica municipal pode criar tribunal, conselho ou órgão de contas municipal para o respectivo ente federativo, desde que haja autorização na constituição estadual.

(C) As decisões do tribunal de contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

(D) Ao apreciar as contas prestadas pelo Poder Executivo federal, não cabe ao Tribunal de Contas da União sustar imediatamente os contratos eivados de irregularidades que resultem em prejuízo ao erário.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	16
02	17
03	11
04	20

Inscrição	44
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	3
Questão nº	<p>11) A respeito dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) Compete aos tribunais de contas estaduais julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores públicos de entidade da administração pública indireta estadual.</p> <p>(B) Lei orgânica municipal pode criar tribunal, conselho ou órgão de contas municipal para o respectivo ente federativo, desde que haja autorização na constituição estadual.</p> <p>(C) As decisões do tribunal de contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.</p> <p>(D) Ao apreciar as contas prestadas pelo Poder Executivo federal, não cabe ao Tribunal de Contas da União sustar imediatamente os contratos eivados de irregularidades que resultem em prejuízo ao erário.</p>
Descrição dos fatos	<p>Prezada Banca Examinadora, A seguir discorre-se sobre a referida questão que teve a alternativa A como gabarito preliminar. A descrição da questão é o seguinte: "Compete aos tribunais de contas estaduais julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores públicos de entidade da administração pública indireta estadual." Percebe-se que a questão restringiu o campo de entidade da administração pública indireta estadual. Ocorre que tanto a</p>

	<p>Constituição Federal em seu art. 71 inciso II, como a Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Santa Catarina em seu art. 1º inciso III (Disponível em: https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/Miolo%20Lei%20Org%C3%A2nica%20e%20Regimento%20Interno%20TCE%202018_interativo_0.pdf) descrevem que cabe julgar as contas dos administradores e demais responsáveis da administração pública direta e indireta, e não somente indireta como constou na alternativa da questão. As leis descrevem o seguinte: “Constituição Federal: Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;” “Lei Orgânica do TCE/SC: Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta Lei: III — julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público do Estado e do Município, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;” Desta maneira fica claro que compete aos tribunais de contas julgar os administradores e responsáveis tanto da administração direta como da administração indireta. Porém, a alternativa limitou ao campo da administração indireta, não incluindo a administração direta, fato que ocasiona a incorreção do item. Diante do exposto, solicita-se a banca organizadora a anulação da questão tendo em vista que possui 2 (duas) alternativas como respostas corretas a questão.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: A alternativa dada como correta, propositalmente, não restringiu o campo de abrangência dos Tribunais de Contas Estaduais às entidades da administração indireta estadual, utilizando-se de termos como "somente" "exclusivamente". O fato da alternativa não ter reproduzido o texto legal em sua integralidade não retira a veracidade da afirmação parcial. RECURSO INDEFERIDO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

Texto da questão recorrida

Constituem componente do denominado Ciclo Orçamentário, o qual corresponde ao período em que se realizam as atividades próprias e específicas do processo orçamentário no âmbito de cada ente político, as seguintes etapas:

(A) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, apreciação, emendas, votação, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social.

(B) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social.

(C) Elaboração da proposta orçamentária, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social.

(D) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, apreciação, emendas, votação, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	6
02	4
03	7
04	8

Inscrição	159
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	6) Constituem componente do denominado Ciclo Orçamentário, o qual corresponde ao período em que se realizam as atividades próprias e específicas do processo orçamentário no âmbito de cada ente político, as seguintes etapas: (A) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, apreciação, emendas, votação, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social. (B) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social. (C) Elaboração da proposta orçamentária, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social. (D) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, apreciação, emendas, votação, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais.
Descrição dos fatos	O enunciado da questão, da forma como foi redigido, solicita marcar a alternativa em que constam as atividades próprias e específicas no âmbito de cada ente. Seguindo esse raciocínio, e no caso do poder executivo, as etapas de apreciação, emendas, votação ocorrem fora do seu âmbito, conforme disciplina a Constituição Federal de

	<p>1988, art. 166: Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Ainda no mesmo artigo, parágrafo 6º: Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Quanto ao controle externo, disciplina a Constituição Federal de 1988: Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, SERÁ EXERCIDA PELO CONGRESSO NACIONAL, MEDIANTE CONTROLE EXTERNO, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Diante disso, é incorreto afirmar que todas as etapas descritas ocorrem no âmbito de um mesmo poder, pois o Congresso Nacional faz parte do Poder Legislativo. Da mesma forma, a sociedade também pode exercer controle externo através dos diversos instrumentos constitucionais ao seu dispor. Sendo assim, solicito a anulação da questão pois, da forma como foi redigida, não possui resposta correta. Em caso negativo, solicito à banca informar qual o embasamento para a classificar todas as etapas descritas como sendo atribuição do mesmo ente político.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo: Considera-se justificável o questionamento do requerente, embora este elaborador entenda que pela expressão "cada ente" e no contexto da questão, não há margem de dúvidas que esta faz referência aos diferentes entes envolvidos no processo orçamentário, e não, ao mesmo ente. É, portanto, mais uma questão de interpretação que de amparo legal, uma vez que está suficientemente óbvia. Referência: https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u100/financas_publicas_2015-1.pdf Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>303</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>4</p>
<p>Questão nº</p>	<p>8) Constituem componente do denominado Ciclo Orçamentário, o qual corresponde ao período em que se realizam as atividades próprias e específicas do processo orçamentário no âmbito de cada ente político, as seguintes etapas: (A) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, apreciação, emendas, votação, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social.</p>

	<p>(B) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social.</p> <p>(C) Elaboração da proposta orçamentária, envio do projeto de lei, apreciação, emendas, votação, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais.</p> <p>(D) Elaboração da proposta orçamentária, sanção e publicação, execução das leis orçamentárias e de créditos adicionais e o controle interno, externo e social.</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>O enunciado da questão, da forma como foi redigido, solicita marcar a alternativa em que constam as atividades próprias e específicas no âmbito de cada ente. Seguindo esse raciocínio, e no caso do poder executivo, as etapas de apreciação, emendas e votação ocorrem fora do seu âmbito, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, art. 166: Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Ainda no mesmo artigo, parágrafo 6º: Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Quanto ao controle externo, disciplina a Constituição Federal de 1988: Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, SERÁ EXERCIDA PELO CONGRESSO NACIONAL, MEDIANTE CONTROLE EXTERNO, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Diante disso, é incorreto afirmar que todas as etapas descritas ocorrem no âmbito de um mesmo poder, pois o Congresso Nacional faz parte do Poder Legislativo. Da mesma forma, a sociedade também pode exercer controle externo através dos diversos instrumentos constitucionais ao seu dispor. Sendo assim, solicito a anulação da questão pois, da forma como foi redigida, não possui resposta correta. Em caso negativo, solicito à banca informar qual o embasamento para a classificar todas as etapas descritas como sendo atribuição do mesmo ente político.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Considera-se justificável o questionamento do requerente, embora este elaborador entenda que pela expressão "cada ente" e no contexto da questão, não há margem de dúvidas que esta faz referência aos diferentes entes envolvidos no processo orçamentário, e não, ao mesmo ente. É, portanto, mais uma questão de interpretação que de amparo legal, uma vez que está suficientemente óbvia.</p> <p>Referência: https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u100/financas_publicas_2015-1.pdf Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

Texto da questão recorrida

Constituem componentes de natureza de lei em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988, as seguintes peças:

- (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (B) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (C) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (D) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	2
02	7
03	2
04	4

Inscrição	159
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	2) Constituem componentes de natureza de lei em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988, as seguintes peças: (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (B) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). (C) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (D) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Descrição dos fatos	A redação do enunciado da questão pede para assinalar a alternativa em que constem leis em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988. Segundo o gabarito preliminar, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não faz parte dessa classificação. A LRF é uma lei nacional e foi editada como lei complementar (formal e materialmente), sendo um dos mais fortes instrumentos de transparência em relação aos gastos públicos, conforme cita a própria lei: Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 59, entende-se por lei toda norma que seja produzida em atenção ao devido processo legislativo. Assim, tendo respeitado o comando constitucional acerca da iniciativa e quórum de aprovação, dentre outros critérios, a LRF deve ser considerada lei em sentido formal, assim como PPA, LDO e LOA. Sendo assim, solicito a alteração do gabarito para letra



	D ou a anulação da questão. Em caso negativo, solicito à banca informar qual o embasamento para exclusão da LRF do rol de leis formais.
Parecer Banca	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a alteração do gabarito preliminar, visto que:</p> <p>Este examinador reconsidera a opção considerada como verdadeira e aceita a exposição do requerente, uma vez que, efetivamente, as leis complementares, têm caráter formal indubitavelmente, incorporando-se, assim neste rol, a LRF, embora não contemplada inicialmente no art. 165 da CF-88.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO a banca optou pela mudança do gabarito para a opção (O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).)</p>

Inscrição	109
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	4
Questão nº	<p>4) Constituem componentes de natureza de lei em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988, as seguintes peças:</p> <p>(A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (B) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (C) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (D) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).</p>
Descrição dos fatos	<p>À AMEOSC Concurso Público - 01/2021, da Prefeitura Municipal de Belmonte. Eu, CAROLINE FRANCIELE ZIMPEL, brasileira, solteira, advogada, inscrita sob CPF nº 029.769.230-51 e RG nº 1098160599, inscrita no Concurso Público - 01/2021, da Prefeitura Municipal de Belmonte, para a vaga de Controle Interno, nº de inscrição 109, residente e domiciliada à Rua João Soares Lisboa, nº 281, Município de Três Passos/RS, valendome da prerrogativa que me é assegurada pelo disposto no edital supramencionado, venho apresentar RECURSO, pelas razões abaixo expostas: O presente recurso versa sobre a questão nº 4 da prova nº 4 para o cargo Controle Interno. A questão nº 4 conferiu como correta a alternativa "b", no sentido de serem componentes de natureza de lei em caráter formal, o PPA, a LDO e a LOA. Contudo, lei em caráter formal não se restringe às normas constitucionais. Por certo, caráter formal abrange o texto da constituição e todos os atos legais a que ela se refiram e que a regulamentem (nem isso, qualquer ato normativo é lei é formal em sua natureza), tanto que, exemplificativamente, o art. 163, inciso I, da Carta Magna, prevê que: "Lei complementar disporá sobre: I - finanças públicas;". O artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal regulamenta do o art. 163 da CRFB/88, consoante seu art.</p>

	<p>1º: “Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. ”. Assim, em atenção aos exatos termos da pergunta, a Lei de Responsabilidade Fiscal é lei em caráter formal, indubitavelmente. Quiçá a questão tenha deixado de especificar quais seriam as leis orçamentárias. Não o fez. A LRF é lei em sentido formal, versa inclusive sobre finanças, e o gabarito deve ser alterado para a letra “c”, sob pena de anulação na via judicial. Ante o exposto, roga pela alteração do gabarito da questão nº 4 da prova 4 para o cargo de Controle Interno, para a alternativa “c”, e, subsidiariamente, pela anulação da questão, por indução em erro do candidato. Nestes termos, Pede deferimento. Três Passos, 22 de junho de 2021. Caroline F. Zimpel Candidata</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a alteração do gabarito preliminar, visto que: Este examinador reconsidera a opção considerada como verdadeira e aceita a exposição do requerente, uma vez que, efetivamente, as leis complementares, têm caráter formal indubitavelmente, incorporando-se, assim neste rol, a LRF, embora não contemplada inicialmente no art. 165 da CF-88. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO a banca optou pela mudança do gabarito para a opção (O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).)</p>

<p>Inscrição</p>	<p>303</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>4</p>
<p>Questão nº</p>	<p>4) Constituem componentes de natureza de lei em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988, as seguintes peças: (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (B) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (C) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (D) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>A redação do enunciado da questão pede para assinalar a alternativa em que constem leis em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988. Segundo o gabarito preliminar, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não faz parte dessa classificação. A LRF é uma lei nacional e foi editada como lei complementar (formal e materialmente), sendo um dos mais fortes instrumentos de transparência em relação aos gastos públicos, conforme cita a própria lei: Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da</p>

	<p>Constituição. Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 59, entende-se por lei toda norma que seja produzida em atenção ao devido processo legislativo. Assim, tendo respeitado o comando constitucional acerca da iniciativa e quórum de aprovação, dentre outros critérios, a LRF deve ser considerada lei em sentido formal, assim como PPA, LDO e LOA. Sendo assim, solicito a alteração do gabarito para letra C ou a anulação da questão. Em caso negativo, solicito à banca informar qual o embasamento para exclusão da LRF do rol de leis formais.</p>
Parecer Banca	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a alteração do gabarito preliminar, visto que: por contemplar a opção correta, o examinador entende não ser necessário a ANULAÇÃO DA QUESTÃO mas a ALTERAÇÃO do gabarito para a que contemple: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO a banca optou pela mudança do gabarito para a opção (O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).)</p>

Inscrição	118
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	<p>7) Constituem componentes de natureza de lei em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988, as seguintes peças: (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (B) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (C) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). (D) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).</p>
Descrição dos fatos	<p>A questão questiona quais são as peças componentes da Constituição Federal com natureza de lei em caráter formal. Diante disso, segundo a Constituição Federal de 1988, especifica as atribuições do Congresso Nacional, sendo que as peças em destaque no art.48 Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado. Sendo assim, as alternativas: A, C e D estão mencionando as referidas peças, mas em nenhum momento no enunciado, faz referência a tratar-se de peças orçamentárias, conforme determina sobre OS ORÇAMENTOS. Art.165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o</p>

	plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. Diante do exposto da questão, a especificação das alternativas A, C e D, referem-se as PEÇAS que constituem componentes de natureza de lei em caráter formal, constante na Constituição Federal...além disso, o enunciado da questão representa estar vago e de entendimento duvidoso, demonstrando má elaboração do enunciado, não representando clareza e objetividade...uma vez que deseja saber quais são as peças...no entendimento de haver mais de uma possível resposta coerente, solicita-se a anulação da presente questão.
Parecer Banca	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a alteração do gabarito preliminar, visto que: Este examinador discorda respeitosamente do argumento apresentado pelo requerente, muito embora, considere que o enunciado da questão extrapole a própria argumentação do candidato, por fazer referência à formalidade da Lei, caso em que se inscreve também a LRF (Complementar). O examinador entende não ser necessário a ANULAÇÃO DA QUESTÃO mas a ALTERAÇÃO do gabarito para a que contemple: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Inscrição	272
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	7) Constituem componentes de natureza de lei em caráter formal, segundo a Constituição Federal de 1988, as seguintes peças: (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (B) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (C) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). (D) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
Descrição dos fatos	Em sentido formal, entende-se por lei toda norma que seja produzida em atenção ao processo legislativo previsto na Constituição Federal. Assim, uma norma que tenha respeitado o comando constitucional acerca da iniciativa, do quórum de aprovação, da revisão, da sanção/veto, dentre outros critérios, pode ser considerada lei em sentido formal, não importando o conteúdo que veicule (https://www.impetus.com.br/artigo/150/a-lei-como-fonte-do-direito-administrativo). Vicente Ráo leciona que o conceito da lei para o direito tem duplo sentido. Em sentido restrito, próprio ou formal: "(...) é a norma geral de direito formulada e promulgada, por modo autêntico, pelo órgão competente da autoridade soberana e feita valer pela proteção-coerção, exercida pelo Estado (RÁO, Vicente. O Direito e a Vida dos Direitos. 3.ed. anot. e atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista

	<p>dos Tribunais, 1991, p.243-244.). Assim, é sabido que o PPA, A LDO e a LOA são leis em sentido formal. Mas a LRF, lei complementar, aprovada pelos ritos legais, no congresso nacional também é uma lei formal. Qual a justificativa da banca para que a alternativa B esteja errada? Por que a LRF não entra na lista deleis formais? A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É uma lei nacional e foi editada como lei complementar (formal e materialmente). Para concluir, a LRF tem sua origem prevista na constituição de 88 (Art. 163. Lei complementar disporá sobre...): LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar: CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a alteração do gabarito, devido aos fatos apresentados abaixo: Este examinador considera que por fazer referência à formalidade da Lei, caso em que se inscreve também a LRF (Complementar), a opção considerada verdadeira deva ser alterada.</p> <p>O examinador entende não ser necessário a ANULAÇÃO DA QUESTÃO mas a ALTERAÇÃO do gabarito para a que contemple:</p> <p>O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).</p>



Texto da questão recorrida

O controle Interno da administração pública deve ser regido por princípios. Dentre estes podemos destacar:

- I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.
- II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades.
- III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas.
- IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais.

São VERDADEIRAS afirmações, tidas como princípios, contidas nas opções:

- (A) II e III Apenas.
- (B) III e IV Apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II Apenas.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	3
02	2
03	3
04	2

Inscrição	97
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	<p>2) O controle Interno da administração pública deve ser regido por princípios. Dentre estes podemos destacar:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários. II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades. III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas. IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais. <p>São VERDADEIRAS afirmações, tidas como princípios, contidas nas opções:</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) II e III Apenas. (B) III e IV Apenas. (C) I, II, III e IV. (D) I e II Apenas.
Descrição dos fatos	<p>QUESTÃO 02 PROVA 02 Princípio da Segregação das Funções (OPÇÃO III) Castro (2014) nos ensina que o Princípio da Segregação das Funções aparece no bojo da atividade de controle como a orientação de que as funções administrativas sejam segregadas (parceladas) entre vários agentes, órgãos ou entes. Nesse sentido, não é ideal que um determinado procedimento administrativo seja realizado pelo mesmo agente. Por exemplo, não é cabível que o ordenador de despesas seja também o gestor de um determinado contrato, pois quem autoriza a despesa não pode</p>

obviamente recebê-la. Princípio da Independência Técnico-funcional Os agentes de controle interno devem manter a sua independência funcional para realizar auditorias, inspeções, fiscalizações, dentre outras atividades de verificação. Assim, os agentes de controle interno não podem realizar atividades que são de competência dos agentes executores. Castro (2014) nos orienta que o Princípio da Independência, do ponto de vista técnico, pressupõe que o controlador, seja ele interno ou externo, não dependa do auxílio de outros órgãos para a realização do mister de controle. Princípio da Relação Custo-benefício (OPÇÃO I) Este é um princípio clássico do controle interno, e está fortemente ligado ao Princípio da Economicidade. De acordo com o Princípio da Relação Custo-benefício, o custo do controle não pode ser superior ao custo da atividade controlada. Assim deve-se levar em consideração a materialidade, especialmente em termos de valor em relação a atividade controlada. Princípio da Qualificação Adequada (OPÇÃO I) Sabe-se que administração pública atua em diversas frentes, passando pela educação, saúde, infraestrutura, dentre tantas outras áreas, de modo que envolve a aplicação de vários ramos do conhecimento. Por isso, Órgão de Controle Interno devem ser dotados de uma equipe multidisciplinar. Entretanto, a maioria dos entes governamentais dispõe de um número reduzido de servidores, dessa forma é desejável, pelo menos, que existam profissionais com conhecimento mínimo em contabilidade, orçamento público, gestão fiscal e gestão pública. Princípio da Aderência às Diretrizes e Normas (OPÇÃO IV) Uma das principais funções dos órgãos de controle interno é a de realizar auditorias, inspeções e fiscalizações. Esses trabalhos envolvem a legalidade dos atos praticados pelos agentes públicos. Desta maneira, o agente de controle interno, em seus trabalhos, deve sempre se balizar pelas leis, normas, manuais, princípios e regras preestabelecidas. Princípio do Controle sobre as Transações (OPÇÃO IV) Este princípio diz respeito ao controle contábil e ao registro das transações. A informação contábil só tem utilidade quando representa fielmente os fenômenos econômicos, a posição patrimonial, bem como a situação financeira da entidade. Além disso, o registro deve ser verificável, ou seja, a informação contida nos relatórios contábeis deve possibilitar os trabalhos de assecuração, especialmente o de auditoria interna. Princípio da Capacitação e Rodízio de Funcionários (OPÇÃO I) Não há como negar que o fator humano tem grande significado para as organizações, pois sem pessoal capacitado elas simplesmente não funcionariam. Assim, a capacitação continuada do corpo funcional em todos os níveis faz com que todos tenham conhecimento adequado para exercer suas funções e contribuir para que os controles sejam efetivos. Outro ponto importante diz respeito ao rodízio de funcionários. Esta prática evita que o conhecimento de um determinado processo ou atividade seja dominado apenas por algumas pessoas. Esta prática evita que a organização seja “refém” de poucas pessoas que possuem o conhecimento sobre determinadas tarefas. Assim a capacitação do corpo funcional, juntamente com o rodízio de funcionários, permite que os objetivos não sejam prejudicados. Referências BLUMEN, Abrão.; SILVA



	<p>Valmir Leôncio da.; SALES Eurípedes (Coords.). Controle interno como suporte estratégico de governança no setor público. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 106p. (Coleção Fórum Contas Públicas) CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de Gestão Pública Gerencial. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2014. BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo (Coord.). Controle interno: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 236 p. ISBN 978-85-7700-789-9. GIL, Antonio de Loureiro, 1940 -. Gestão: controle interno, risco e auditoria / Antonio de Loureiro Gil, Carlos Hideo Arima, Toshiro Nakamra – São Paulo: Saraiva, 2013. Fonte https://contabilidadepublica.com/8-principios-do-controle-interno/ acesso em 21/06/2021 Conforme as alternativas da questão I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada “treinamento e rodízio de funcionários”. Correto é: “Princípio da Capacitação e Rodízio de Funcionários” II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades. Não caracteriza princípio do Controle Interno na Administração Pública. III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas. IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais. Diante do exposto as alternativas corretas são III e IV</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Após leitura atenta e respeitosa da proposição enunciada pelo requerente, convém destacar, fazendo uso de citação de autores renomados sobre o tema, expediente utilizado igualmente pelo requerente, que:</p> <p>Os Princípios do Controle Interno são comandos gerais que trazem orientações fundamentais para que exista, de fato, uma cultura consistente de controle interno nas organizações, sejam elas públicas ou privadas.</p> <p>De acordo com Gil (2013) os Princípios do Controle Interno contém premissas e/ou parâmetros intrínsecos aos sistemas de aplicação para suportar o modelo de gestão do ciclo de negócio de uma determinada entidade.</p> <p>Para Blumen (2015), os princípios são, na prática, um guia ou checklist para os gestores de como implantar um sistema consistente de controle interno, levando em conta os fatores mais relevantes e críticos. Podemos dizer ainda que os princípios são uma espécie de normas gerais, contendo orientações fundamentais para que exista de fato uma cultura consistente de controle interno nas organizações.</p> <p>Neste bojo estão compreendidos:</p> <p>I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.</p> <p>II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades.</p> <p>III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas.</p> <p>IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais</p> <p>Conforme: https://contabilidadepublica.com/8-principios-do-controle-interno/</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

Inscrição	109
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	4
Questão nº	<p>2) O controle Interno da administração pública deve ser regido por princípios. Dentre estes podemos destacar:</p> <p>I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.</p> <p>II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades.</p> <p>III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas.</p> <p>IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais.</p> <p>São VERDADEIRAS afirmações, tidas como princípios, contidas nas opções:</p> <p>(A) I e II Apenas.</p> <p>(B) II e III Apenas.</p> <p>(C) I, II, III e IV.</p> <p>(D) III e IV Apenas.</p>
Descrição dos fatos	<p>À AMEOSC Concurso Público - 01/2021, da Prefeitura Municipal de Belmonte. Eu, CAROLINE FRANCIELE ZIMPEL, brasileira, solteira, advogada, inscrita sob CPF nº 029.769.230-51 e RG nº 1098160599, inscrita no Concurso Público - 01/2021, da Prefeitura Municipal de Belmonte, para a vaga de Controle Interno, nº de inscrição 109, residente e domiciliada à Rua João Soares Lisboa, nº 281, Município de Três Passos/RS, valendome da prerrogativa que me é assegurada pelo disposto no edital supramencionado, venho apresentar RECURSO, pelas razões abaixo expostas: O presente recurso versa sobre a questão nº 2 da prova nº 4 para o cargo Controle Interno. Os princípios constitucionais da Administração Pública estão elencados no "caput" do art. 37 da Constituição Federal e se referem à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No inciso I da questão em referência, constaram como verdadeiros os seguintes princípios a serem aplicados pelo Controle Interno: "Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.". Os conceitos são corolários, essencialmente, do princípio da eficiência. Contudo, inexiste na legislação, constitucional e legal, ou mesmo na doutrina, referência ao rodízio de funcionários. Ao revés, por imputação dos próprios Tribunais de Contas Estaduais, e até mesmo do Poder Judiciário, este assoldado por ações de desvio e acúmulo de funções, a prática é rechaçável, inclusive podendo resultar em apontamentos e ações judiciais. O princípio da eficiência visa a aperfeiçoar os servidores em funções específicas, mesmo paradigma que se vale a Administração Indireta no tocante à descentralização do serviço público, a fim de que seja especializado e eficiente. Note-se, por sinal, o contrasenso entre treinar os servidores e praticar o rodízio de funcionários, citados no mesmo trecho da questão, prática que assola não apenas a eficiência, mas também o princípio da legalidade. Difere, o rodízio de funcionários, ato inconstitucional, da "Delegação de poderes e definição de responsabilidades", referidos na mesma questão e que decorrem dos Poderes da</p>

	<p>Administração, bem como da "Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas", que atinge intrinsecamente os órgãos da Administração, para fins de absorção das demandas Públicas e que também não condizem com rodízios de servidores, a exemplo das Procuradorias que dispõem de advogados especializados para cada tipo de ação e matéria do Direito. Até mesmo a rotatividade de funções de confiança é contraponto para a manutenção de servidores em cargos fixos, para fiel observância do princípio da continuidade do serviço público. Rodízio de servidores é incompatível, pois, com a continuidade e com a eficiência da Administração Pública. Minimamente e não menos importante, ainda que se entenda por viável o referido rodízio de servidores, o conceito não é pacífico (e, por sinal, inexistente), não podendo ser objeto de questão objetiva de concurso, sob pena de ilegalidade desta Egrégia Banca. Portanto, nulo o inciso I da questão nº 2 da prova nº 4 para o cargo de Controle Interno, não há resposta possível no gabarito. Ante o exposto, requer a anulação da questão objeto deste recurso. Nestes termos, Pede deferimento. Três Passos, 22 de junho de 2021. Caroline F. Zimpel Candidata</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Após leitura atenta e respeitosa da proposição enunciada pelo requerente, convém destacar, fazendo uso de citação de autores renomados sobre o tema, expediente utilizado igualmente pelo requerente, que:</p> <p>Os Princípios do Controle Interno são comandos gerais que trazem orientações fundamentais para que exista, de fato, uma cultura consistente de controle interno nas organizações, sejam elas públicas ou privadas.</p> <p>De acordo com Gil (2013) os Princípios do Controle Interno contém premissas e/ou parâmetros intrínsecos aos sistemas de aplicação para suportar o modelo de gestão do ciclo de negócio de uma determinada entidade.</p> <p>Para Blumen (2015), os princípios são, na prática, um guia ou checklist para os gestores de como implantar um sistema consistente de controle interno, levando em conta os fatores mais relevantes e críticos. Podemos dizer ainda que os princípios são uma espécie de normas gerais, contendo orientações fundamentais para que exista de fato uma cultura consistente de controle interno nas organizações.</p> <p>Neste bojo estão compreendidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários. II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades. III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas. IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais <p>Conforme: https://contabilidadepublica.com/8-principios-do-controle-interno/ Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

Inscrição	196
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>3) O controle Interno da administração pública deve ser regido por princípios. Dentre estes podemos destacar:</p> <p>I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.</p> <p>II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades.</p> <p>III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas.</p> <p>IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais.</p> <p>São VERDADEIRAS afirmações, tidas como princípios, contidas nas opções:</p> <p>(A) II e III Apenas.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I e II Apenas.</p> <p>(D) III e IV Apenas.</p>
Descrição dos fatos	<p>O gabarito preliminar adotado pela Banca examinadora considerou que a alternativa de letra B, na questão de número 3 está correta, não obstante o item II (delegação de poderes e definição de responsabilidades) não está majoritariamente consolidado. Fonte para fundamentação: https://contabilidadepublica.com/8-principios-do-controle-interno/. Tendo em vista o exposto, é fundamental a ANULAÇÃO DA QUESTÃO para manter a isonomia entre os participantes do concurso.</p>
Parecer Banca	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Após leitura atenta e respeitosa da proposição enunciada pelo requerente, convém destacar, fazendo uso de citação de autores renomados sobre o tema, expediente utilizado igualmente pelo requerente, que:</p> <p>Os Princípios do Controle Interno são comandos gerais que trazem orientações fundamentais para que exista, de fato, uma cultura consistente de controle interno nas organizações, sejam elas públicas ou privadas.</p> <p>De acordo com Gil (2013) os Princípios do Controle Interno contém premissas e/ou parâmetros intrínsecos aos sistemas de aplicação para suportar o modelo de gestão do ciclo de negócio de uma determinada entidade.</p> <p>Para Blumen (2015), os princípios são, na prática, um guia ou checklist para os gestores de como implantar um sistema consistente de controle interno, levando em conta os fatores mais relevantes e críticos. Podemos dizer ainda que os princípios são uma espécie de normas gerais, contendo orientações fundamentais para que exista de fato uma cultura consistente de controle interno nas organizações.</p> <p>Neste bojo estão compreendidos:</p> <p>I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.</p> <p>II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades.</p>

	<p>III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas. IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais Conforme: https://contabilidadepublica.com/8-principios-do-controle-interno/ Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
--	--

Inscrição	32
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>3) O controle Interno da administração pública deve ser regido por princípios. Dentre estes podemos destacar:</p> <p>I. Relação custo/benefício e Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários. II. Delegação de poderes e definição de responsabilidades. III. Segregação de funções e Instruções devidamente formalizadas. IV. Controle sobre as transações e Aderência a diretrizes e normas legais. São VERDADEIRAS afirmações, tidas como princípios, contidas nas opções: (A) II e III Apenas. (B) I, II, III e IV. (C) I e II Apenas. (D) III e IV Apenas.</p>
Descrição dos fatos	<p>A questão trata dos princípios do controle interno da administração pública. Ocorre que os princípios do controle interno não foram elencados entre os itens passíveis de cobrança no referido concurso, de acordo com o EDITAL, como se pode observar na leitura da ementa da disciplina “Controle interno” e “Controle externo e interno”:</p> <p>Controle Interno: 1. Definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade. 2. Funções da controladoria numa organização; aplicabilidade do conceito de controladoria à gestão pública. 3. Relação entre objetivos e componentes. 4. Ambiente de Controle: integridade e ética, governança corporativa, filosofia gerencial, estrutura organizacional, política e procedimentos de recursos humanos e registros. 5. Avaliação de Riscos: estabelecimento de metas e riscos. 6. Atividades de Controle: tipos de atividade de controle, integração com avaliação de riscos e controles sobre sistemas de informações. 7. Informação e Comunicação. 8. Monitoramento: monitoramento contínuo, avaliações em separado, abrangência e periodicidade, o avaliador, o processo de avaliação, a metodologia, a documentação, o plano de ação e a comunicação das deficiências. Controle Interno do Município Controle Externo e Controle Interno: Controle Externo: 1. Constituição Federal: Art. 74. 2. Lei Federal n. 4.320/1964: Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária. Capítulo I – Disposições Gerais. Capítulo II – Do Controle Interno. 3. Resolução CFC 2016/NBCTSPEC 16.8 - 4. Controle da Administração pública: conceito, abrangência e espécies. 5. Controle administrativo, judicial e legislativo. 6. Controle Externo a</p>

	<p>cargo dos Tribunais de Contas. 7. Tribunais de Contas. 7.1. Natureza jurídica, funções e eficácia das decisões. 7.2. Revisão das decisões do Tribunal de Contas pelo Poder Judiciário. 7.3. Competência do Tribunal de Contas: apreciação da constitucionalidade de leis, revisão dos próprios atos, autogoverno e normativa. 8. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e alterações). 9. Normas institucionais municipais. Observa-se que sequer a exigência genérica sobre “princípios do controle interno” foi estabelecida, tendo sido a banca específica quanto ao que entendia como estudo necessário para a realização da prova. Ademais, a “definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade.” não engloba o tema sobre princípios. A inclusão de temas não exigidos em edital afronta o princípio da publicidade, já que, como se sabe, a Administração, na formulação das questões de prova de concurso público, vincula-se às regras estabelecidas no instrumento convocatório. Em vista do exposto, em sede de recurso à questão, tendo em vista que o conhecimento exigido para sua resolução não constava do edital de abertura de inscrições do concurso, requer a candidata que a questão 3 seja ANULADA.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Após leitura e análise da exposição do requerente, me posiciono no sentido de que o conteúdo “princípios da Adm. Pública” é parte integrante e indissociável de todo o conjunto das orientações presentes no Edital, não se justificando assim, a argumentação do candidato quanto a não pertinência do conteúdo.</p> <p>Outrossim, o enunciado é expresso com a seguinte redação: ” O controle Interno da administração pública deve ser regido por princípios. Dentre estes podemos destacar.”</p> <p>Trata-se, portanto, dos princípios inerentes às boas práticas da Administração Pública.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

Texto da questão recorrida

Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como:

(A) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada.
 (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva.
 (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária.
 (D) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	1
02	9
03	10
04	3

Inscrição	270
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	1) Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como: (A) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada. (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária. (D) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos.
Descrição dos fatos	Em relação a questão numero 1, solicito a troca de gabarito, pois o gabarito preliminar não corresponde ao comando do enunciado. Abaixo segue a fundamentação. "A matéria pertinente à receita é disciplinada, em linhas gerais, pelos arts. 2º, 3º, 6º, 9º, 11, 35, 56 e 57 da Lei nº 4.320, de 1964." Enquanto a natureza de receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, a fonte/destinação de recursos possui a finalidade precípua de identificar o destino dos recursos arrecadados. Em linhas gerais, pode-se dizer que há destinações vinculadas e não vinculadas: a) destinação vinculada: processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica - e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados. b) destinação não vinculada (ou ordinária): é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade. Ou seja, com base no disposto acima e nas lei: 4.320/64 e na LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL/2000, em nenhuma delas é citado o termo

	<p>"Receita orçamentaria publica e receita orçamentaria privada", conforme seria o gabarito da letra "A", o que esta equivocado. A alternativa que melhor se enquadra no enunciado seria a alternativa "D", ONDE SE LÊ: "receita orçamentaria ordinária e receita orçamentária extraordinária", conforme exposto acima, peço a alteração de gabarito para a letra "D", sendo a resposta correta conforme a doutrina e as referidas leis mencionadas acima.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Após respeitosa análise do recurso interposto pelo candidato, cumpre destacar que a questão proposta tem caráter geral e é explícita quanto expõe: O texto é claro em apresentar situação "Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário". Com destaque para o termo diversos.</p> <p>A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento podem ser classificada como Receita Orçamentária Pública, na hipótese em que for executada por entidades públicas, ou Receita Orçamentária Privada, no caso em que executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos necessário à sua consecução. Na seara pública representa todas as entradas disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e de operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias, isto é, aquelas previstas no orçamento desde a sua aprovação.</p> <p>Fato pelo qual INDEFERE o pleito do candidato.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>115</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>1</p>
<p>Questão nº</p>	<p>1) Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como: (A) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada. (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária. (D) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos.</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>Primeiro irei apresentar o que dispõe a questão 1. conforme segue na sequência. Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como: (A) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada. (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária. (D) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos. A alternativa dada como correta pelo gabarito preliminar é a alternativa</p>

	<p>A), porém ao avaliar a questão temos que a mesma apresenta erros, ou seja, deve ser anulada. Considerado que a Receita pública em sentido amplo (lato sensu) ou ingresso público: são todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos a qualquer título, em certo período de tempo, que o Estado utiliza para financiar seus gastos, podendo ou não se incorporar ao seu patrimônio e independente de haver contrapartida no passivo. Exemplos: receitas tributárias, operações de crédito, operações de crédito por antecipação de receita, cauções etc. Receita pública em sentido estrito (stricto sensu): são todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos, em certo período de tempo, que se incorporam ao patrimônio público sem compromisso de devolução posterior. Exemplos: alienação de bens, receita de contribuições, receitas industriais etc. Com base no exposto acima entende-se que ingressos e receitas são sinônimos, abrindo precedente para que a questão apresenta erro no próprio enunciado, além disso, avaliando a alternativa B), entende-se a mesma como correta, pois Receita Orçamentária EFETIVA é aquela que no momento de seu reconhecimento altera positivamente a situação líquida patrimonial do ente, e a Receita Orçamentária NÃO EFETIVA é aquela que no momento do seu reconhecimento não altera a situação patrimonial do ente. Como a questão fala nas entidades destinatárias do orçamento, entende-se que são as entidades que aplicam o valor oriundo da respectiva receita, e nesse contexto a alternativa B) apresenta-se correta, vejamos um caso hipotético o Município de Belmonte como ente destinatários de determinada Receita a mesma pode ou não alterar a situação líquida patrimonial e portanto pode ser uma RECEITA ORÇAMENTÁRIA EFETIVA ou uma RECEITA ORÇAMENTÁRIA NÃO-EFETIVA. Portanto a questão deve ser anulada por apresentar duas alternativas como possibilidades de respostas corretas.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Após respeitosa análise do recurso interposto pelo candidato, cumpre destacar que a questão proposta tem caráter geral e é explícita quanto expõe: O texto é claro em apresentar situação "Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário". Com destaque para o termo diversos. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento podem ser classificada como Receita Orçamentária Pública, na hipótese em que for executada por entidades públicas, ou Receita Orçamentária Privada, no caso em que executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos necessário à sua consecução. Na seara pública representa todas as entradas disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e de operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias, isto é, aquelas previstas no orçamento desde a sua aprovação. Fato pelo qual INDEFERE o pleito do candidato.</p>

Inscrição	136
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>1) Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como:</p> <p>(A) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada. (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária. (D) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos.</p>
Descrição dos fatos	<p>A questão aborda a classificação dos ingressos e receitas, sob o ponto de vista orçamentário. A pergunta que se pretende responder é: “A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como?”. Ocorre que o conteúdo programático trazido no edital, sobre Receita orçamentária, prevê: 9. Receita Orçamentária: Classificação por Natureza, Origens e Espécies de Receita Orçamentária A classificação orçamentária por natureza de receita é estabelecida pelo §4º, do art. 11, da Lei 4.320/64. Essa classificação visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, ou seja, o acontecimento que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. A classificação por origem é o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com o objetivo de identificar a procedência das receitas no momento em que elas entram nos cofres da administração. Por fim, a espécie é um nível de classificação que está vinculado à origem e permite o detalhamento maior do fato gerador. Por exemplo: Contribuições (origem); Contribuições Sociais (espécie). A categoria que contempla o conteúdo cobrado na questão, diz respeito à classificação por fonte/destinação do recurso e, como se pode observar, o edital previu somente: classificação por Natureza, Origens e Espécies. Segundo o Manual Técnico do Orçamento, disponibilizado pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF 1 : Enquanto a natureza da receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, a fonte/destinação de recursos possui a finalidade precípua de identificar o destino dos recursos arrecadados.</p> <p>1 https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021:cap3 É cristalina, portanto, a cobrança de conteúdo não especificado em edital, em inegável afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, motivo pelo qual a questão deve ser anulada. Nesse sentido, versam os precedentes do Tribunal de Justiça Catarinense: APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. [...] ANULAÇÃO DA QUESTÃO N. 33. MATÉRIA NÃO ELENCADE NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO EDITAL DO CERTAME. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ANULAÇÃO QUE SE IMPÕE. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. [...] A ausência da previsão do conteúdo no programa constante do edital, que seria exigido dos candidatos no</p>

	<p>concurso, impede a formulação de questões relacionadas a ele, por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e, conseqüentemente, à legalidade do certame. (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0301680-39.2017.8.24.0023, da Capital, rel. Jaime Ramos, Terceira Câmara de Direito Público, j. 30-10-2018). MANDADO DE SEGURANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ARTES. INGRESSO NO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. EDITAL N. 2271/2017/SED. ANULAÇÃO DA QUESTÃO N. 19. CONTEÚDO DE BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SEM PREVISÃO NO CADERNO PROGRAMÁTICO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0311435-87.2017.8.24.0023, da Capital, rel. Ricardo Roesler, Terceira Câmara de Direito Público, j. 09-07-2019). Diante do exposto, requer a anulação da questão, em todos os tipos de prova do cargo de Controlador Interno, com a atribuição da respectiva pontuação aos candidatos</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso interposto pelo candidato não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O candidato questiona que o conteúdo programático abordado na questão não consta no edital, porém o tema da questão está contemplado conforme podemos verificar abaixo no trecho extraído do edital.</p> <p>9. Receita Orçamentária: Classificação por Natureza, Origens e Espécies de Receita Orçamentária. 10. Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores. 11. Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais. 12. Estágios da Receita Orçamentária e da Despesa Orçamentária. 13. Restos a Pagar. 14. Dívida Ativa.</p> <p>Fato pelo qual INDEFERE o pleito do candidato.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>159</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>1</p>
<p>Questão nº</p>	<p>1) Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como:</p> <p>(A) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada. (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária. (D) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos.</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>O enunciado da questão foi redigido de forma confusa, dando margem a mais de uma interpretação. Por se tratar de concurso para cargo de ente público, entendo que a banca esteja se referindo às receitas PÚBLICAS. O gabarito diz que são classificadas em Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada.</p>

	<p>Segundo o Manual Técnico o Orçamento (MTO), versão 2021, as receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios: 1. natureza de receita; 2. indicador de resultado primário; 3. fonte/destinação de recursos; e 4. esfera orçamentária. A classificação de fonte/destinação de recursos consiste em um código de 3 dígitos. O 1º dígito representa o grupo de fonte, enquanto que o 2º e o 3º representam a especificação da fonte. Cada receita possui normas específicas de aplicação, que especificam tanto “QUEM” deverá aplicar a receita quanto “QUAL” atividade estatal deverá ser financiada por meio dessa receita. Denomina-se, portanto, “Fonte/Destinação de Recursos” a cada agrupamento de receitas que possui as mesmas normas de aplicação. Sendo que nenhuma lei ou normativo atual e vigente (conforme conteúdo programático exigido no edital) traz essa classificação descrita pela banca, solicito a anulação da questão pois nenhuma alternativa se mostra adequada. Em caso negativo, solicito à banca informar qual o embasamento para tal classificação.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Após respeitosa análise do recurso interposto pelo candidato, cumpre destacar que a questão proposta tem caráter geral e é explícita quanto expõe: O texto é claro em apresentar situação "Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário". Com destaque para o termo diversos.</p> <p>A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento podem ser classificada como Receita Orçamentária Pública, na hipótese em que for executada por entidades públicas, ou Receita Orçamentária Privada, no caso em que executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos necessário à sua consecução. Na seara pública representa todas as entradas disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e de operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias, isto é, aquelas previstas no orçamento desde a sua aprovação.</p> <p>Fato pelo qual INDEFERE o pleito do candidato.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>303</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>4</p>
<p>Questão nº</p>	<p>3) Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como:</p> <p>(A) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos. (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária. (D) Receita Orçamentária</p>

<p>Descrição dos fatos</p>	<p>O enunciado da questão foi redigido de forma confusa, dando margem a mais de uma interpretação. Por se tratar de tratar de concurso para cargo de ente público, entendo que a banca esteja se referindo às receitas PÚBLICAS. O gabarito diz que são classificadas em Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada. Segundo o Manual Técnico o Orçamento - MTO 2021, as receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios: 1. natureza de receita; 2. indicador de resultado primário; 3. fonte/destinação de recursos; e 4. esfera orçamentária. A classificação de fonte/destinação de recursos consiste em um código de 3 dígitos. O 1º dígito representa o grupo de fonte, enquanto que o 2º e o 3º representam a especificação da fonte. Cada receita possui normas específicas de aplicação, que especificam tanto “QUEM” deverá aplicar a receita quanto “QUAL” atividade estatal deverá ser financiada por meio dessa receita. Denomina-se, portanto, “Fonte/Destinação de Recursos” a cada agrupamento de receitas que possui as mesmas normas de aplicação. Sendo que nenhuma lei ou normativo atual e vigente (conforme conteúdo programático exigido no edital) traz essa classificação descrita pela banca, solicito a anulação da questão pois nenhuma alternativa se mostra adequada. Em caso negativo, solicito à banca informar qual o embasamento para tal classificação.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Após respeitosa análise do recurso interposto pelo candidato, cumpre destacar que a questão proposta tem caráter geral e é explícita quanto expõe: O texto é claro em apresentar situação "Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário". Com destaque para o termo diversos. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento podem ser classificada como Receita Orçamentária Pública, na hipótese em que for executada por entidades públicas, ou Receita Orçamentária Privada, no caso em que executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos necessário à sua consecução. Na seara pública representa todas as entradas disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e de operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias, isto é, aquelas previstas no orçamento desde a sua aprovação. Fato pelo qual INDEFERE o pleito do candidato.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>200</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>2</p>
<p>Questão nº</p>	<p>9) Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como:</p>

	<p>(A) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (B) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos. (C) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária. (D) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada.</p>
Descrição dos fatos	<p>Segundo Sergio Mendes, a classificação por fontes de recursos consiste em um código de três dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e o terceiro, a especificação das fontes de recursos. O grupo de fontes de recursos identifica se o recurso é ou não originário do Tesouro Nacional e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Entende-se como recursos de outras fontes aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob a responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores. O que não necessariamente classifica a receita como Orçamentária Privada. Diante do exposto, se faz necessário a anulação da questão já que nenhuma das alternativas compreende o conceito teórico e correto.</p>
Parecer Banca	<p>Após respeitosa análise do recurso interposto pelo candidato, cumpre destacar que a questão proposta tem caráter geral e é explícita quanto expõe: O texto é claro em apresentar situação "Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário". Com destaque para o termo diversos. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento podem ser classificada como Receita Orçamentária Pública, na hipótese em que for executada por entidades públicas, ou Receita Orçamentária Privada, no caso em que executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos necessário à sua consecução. Na seara pública representa todas as entradas disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e de operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias, isto é, aquelas previstas no orçamento desde a sua aprovação. Fato pelo qual INDEFERE o pleito do candidato.</p>

Inscrição	64
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	3
Questão nº	<p>10) Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento pode ser classificada como: (A) Receita Orçamentária da União e Receita Orçamentária dos Entes Federativos. (B) Receita Orçamentária Efetiva e Receita Orçamentária Não-Efetiva. (C) Receita Orçamentária Pública e Receita Orçamentária Privada. (D) Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária.</p>

<p>Descrição dos fatos</p>	<p>Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2014, p. 118), "a natureza da receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador. Existe, ainda, a necessidade de identificar a destinação dos recursos arrecadados. Para tanto, a classificação por fonte/ destinação de recursos identifica se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos vinculados, pode indicar a sua finalidade. A destinação pode ser classificada em: a. Destinação Vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma; b. Destinação Ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades." Desta forma, o gabarito correto é a letra "D" e não a letra "C" como foi apresentado pela banca.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Após respeitosa análise do recurso interposto pelo candidato, cumpre destacar que a questão proposta tem caráter geral e é explícita quanto expõe: O texto é claro em apresentar situação "Diversas são as classificações dos ingressos e das receitas sob o ponto de vista orçamentário". Com destaque para o termo diversos. A receita orçamentária quanto às entidades destinatárias do orçamento podem ser classificada como Receita Orçamentária Pública, na hipótese em que for executada por entidades públicas, ou Receita Orçamentária Privada, no caso em que executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos necessário à sua consecução. Na seara pública representa todas as entradas disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e de operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias, isto é, aquelas previstas no orçamento desde a sua aprovação. Fato pelo qual INDEFERE o pleito do candidato.</p>

Texto da questão recorrida

Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:

- (A) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.
- (B) É um órgão de controle, ligado ao poder legislativo, que visa controlar as ações da administração pública.
- (C) É um setor autônomo, tendo como função principal fiscalizar todos os demais segmentos da administração pública.
- (D) É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	10
02	3
03	8
04	9

Inscrição	118
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	<p>3) Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:</p> <p>(A) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.</p> <p>(B) É um órgão de controle, ligado ao poder legislativo, que visa controlar as ações da administração pública.</p> <p>(C) É um setor autônomo, tendo como função principal fiscalizar todos os demais segmentos da administração pública.</p> <p>(D) É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo.</p>
Descrição dos fatos	<p>A questão em referência menciona a função da Controladoria, sendo essa um segmento das Ciências Contábeis que colabora para uma gestão de qualidade, coordenando questões orçamentárias e administrativas. nesse contexto, a função do controlador interno cabe a fiscalização do Poder Executivo Municipal que exerce, na forma da lei, o controle dos atos e procedimentos da Administração direta e indireta, visando resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos. Pois as informações contábeis</p>

	<p>devem estar coerentes para facilitar a gestão no processo de tomada de decisão, bem como apresentação dos atos e fatos registrados para envio aos órgãos de fiscalização e apreciação competentes. Portanto, entende-se que a questão apresenta duas possíveis alternativas de resposta correta: Letra A e letra D, dessa forma, sugere-se revezamento da questão e conseqüentemente a anulação da questão.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em referência a exposição efetuada pelo requerente, este avaliador expressa o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A requerente associa a demanda sobre Controles Internos em uma questão onde se questiona o papel da CONTROLADORIA no setor público. 2. Não há relação entre a demanda e a questão proposta: "Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção: (...)" 3. Outro sim, embora não seja o objeto da demanda, para subsidiar a alternativa considerada adequada, reporto-me às seguintes citações: "Quando se defende a aplicação de ações de controle na Administração Pública, os gestores nem sempre compreendem corretamente o tema. Muito confundida com a auditoria, a Controladoria oportuniza ao gestor a alternativa mais eficaz para o gasto e para a excelência de cada área do órgão no desempenho de suas funções, com vistas à qualidade do gasto, transparência e probidade administrativa". (SILVA, 2013). "A Controladoria é considerada como um setor organizacional responsável por dar o apoio necessário ao processo de gestão, disponibilizando informações dotadas de conteúdo eficaz e eficiente". (ORO et al., 2009). <p>Apesar das considerações acima este elaborador considera pertinente a argumentação apresentada, uma vez que a opção "É parte integrante da Contabilidade pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo", efetivamente, pode ser considerada como verdadeira. Efetivamente as opções "É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo" e "É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados".</p> <p>Satisfazem ao enunciado da questão.</p> <p>Razão pela qual, havendo duas opções igualmente satisfatória, opino pela ANULAÇÃO da questão, nestes termos.</p>

Inscrição	23
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	<p>3) Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:</p> <p>(A) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.</p> <p>(B) É um órgão de controle, ligado ao poder legislativo, que visa controlar as ações da administração pública.</p> <p>(C) É um setor autônomo, tendo como função principal fiscalizar todos os demais segmentos da administração pública.</p> <p>(D) É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo.</p>
Descrição dos fatos	<p>A questão recorrida traz o seguinte enunciado: “Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:”. Diante disso, o gabarito preliminar trouxe como correta a letra "A", que dispõe: “ É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.” De fato, a definição acima não está errada e corresponde a uma das funções das funções da Controladoria, a qual compreende uma gama de funções no setor público. Porém, não há um consenso majoritário entre os autores no que diz a respeito ao seu conceito, de acordo com Borinelli, que na busca de compreender o significado de Controladoria, constata que “não se tem consenso entre os autores sobre os aspectos conceituais da Controladoria” e na obra de Slomski que afirma que “Controladoria é termo de difícil definição.” Assim sendo, a controladoria é considerada uma ciência multidisciplinar, que utiliza o conhecimento oriundo de outras áreas para garantir o cumprimento do seu papel na organização. Ainda de acordo com Mosimann et. al. (1993, apud Padoveze, 2010, p. 3) quanto a multidisciplinaridade nos mostram que “a Controladoria pode ser conceituada como o conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos das Ciências da Administração, Economia, Psicologia, Estatística e principalmente da Contabilidade”. Dessa forma, a afirmação feita na letra "B" também está correta e totalmente de acordo com as obras estudadas, tal como também se refere a uma das funções acerca da Controladoria. Assim, diante da evidente imprecisão na formulação da questão, por conter mais de uma afirmativa correta no que tange ao enunciado da questão, pugna-se pela anulação da questão n. 3 do caderno de provas tipo 02, do cargo de Controle interno.</p>
Parecer Banca	Em referência a exposição efetuada pelo requerente, este avaliador expressa o seguinte:



	<p>1. A requerente associa a demanda sobre Controles Internos em uma questão onde se questiona o papel da CONTROLADORIA no setor público.</p> <p>2. Não há relação entre a demanda é a questão proposta: "Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção: (...)"</p> <p>3. Outro sim, embora não seja o objeto da demanda, para subsidiar a alternativa considerada adequada, reporto-me às seguintes citações: "Quando se defende a aplicação de ações de controle na Administração Pública, os gestores nem sempre compreendem corretamente o tema. Muito confundida com a auditoria, a Controladoria oportuniza ao gestor a alternativa mais eficaz para o gasto e para a excelência de cada área do órgão no desempenho de suas funções, com vistas à qualidade do gasto, transparência e probidade administrativa". (SILVA, 2013). "A Controladoria é considerada como um setor organizacional responsável por dar o apoio necessário ao processo de gestão, disponibilizando informações dotadas de conteúdo eficaz e eficiente". (ORO et al., 2009).</p> <p>Apesar das considerações acima este elaborador considera pertinente a argumentação apresentada, uma vez que a opção "É parte integrante da Contabilidade pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo", efetivamente, pode ser considerada como verdadeira. Efetivamente as opções "É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo" e "É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados".</p> <p>Satisfazem ao enunciado da questão.</p> <p>Razão pela qual, havendo duas opções igualmente satisfatória, opino pela ANULAÇÃO da questão, nestes termos.</p>
--	---

Inscrição	109
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	4
Questão nº	<p>9) Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção: (A) É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo.</p>

	<p>(B) É um setor autônomo, tendo como função principal fiscalizar todos os demais segmentos da administração pública.</p> <p>(C) É um órgão de controle, ligado ao poder legislativo, que visa controlar as ações da administração pública.</p> <p>(D) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>À AMEOSC Concurso Público - 01/2021, da Prefeitura Municipal de Belmonte. Eu, CAROLINE FRANCIELE ZIMPEL, brasileira, solteira, advogada, inscrita sob CPF nº 029.769.230-51 e RG nº 1098160599, inscrita no Concurso Público - 01/2021, da Prefeitura Municipal de Belmonte, para a vaga de Controle Interno, nº de inscrição 109, residente e domiciliada à Rua João Soares Lisboa, nº 281, Município de Três Passos/RS, valendome da prerrogativa que me é assegurada pelo disposto no edital supramencionado, venho apresentar RECURSO, pelas razões abaixo expostas: O presente recurso versa sobre a questão nº 9 da prova nº 4 para o cargo Controle Interno. A questão nº 9 da prova 4 classificou como correta a seguinte assertiva: “É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.”. Vale repisar a pergunta na questão em referência: “Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:”. Com efeito, a função primordial do Controle Interno não é administrar informações para subsidiar o gestor, e sim exercer a fiscalização, por meio do controle interno, nos termos do art. 31 da Constituição Federal: " A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.". Respeitosamente, beira ao absurdo não considerar alternativa “b” como incorreta, ademais porque o Controle Interno do Estado de Santa Catarina imputa aos Municípios que o Controle Interno seja setor autônomo (sem interferências e, se possível, com salas próprias) para que fiscalizem o Município, e não, essencialmente, que façam recomendações aos Gestores. Subsidiar gestores, sem força de fiscalização, significa distorcer por completo o papel do Controle Interno, o qual restaria submisso aos Gestores. Pasmem. Fiscalização é função notadamente diferente de subsidiar gestores. Grande equívoco, deveras. Veja-se a redação do art. 70 da Constituição Federal, imbuído no capítulo referente ao Controle Interno dos Entes Federativos, titulado de “DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA”: “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”. A função da Controladoria, por essência e por mandamento constitucional é fiscalizar, portanto. O gabarito da questão em referência deve ser retificada, para a letra “b”, até porque, nos termos propostos pela</p>

	<p>íncita Banca, é incondizente com o estado democrático de direito, nos termos tratados. Por tudo e ao arrepio da Constituição Federal, requer a retificação do gabarito da questão nº 9 da prova 4 de Controle Interno para a letra “b”. Três Passos, 22 de junho de 2021. Caroline F. Zimpel Candidata</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em referência a exposição efetuada pelo requerente, este avaliador expressa o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A requerente associa a demanda sobre Controles Internos em uma questão onde se questiona o papel da CONTROLADORIA no setor público. 2. Não há relação entre a demanda é a questão proposta: "Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção: (...)" 3. Outro sim, embora não seja o objeto da demanda, para subsidiar a alternativa considerada adequada, reporto-me às seguintes citações: "Quando se defende a aplicação de ações de controle na Administração Pública, os gestores nem sempre compreendem corretamente o tema. Muito confundida com a auditoria, a Controladoria oportuniza ao gestor a alternativa mais eficaz para o gasto e para a excelência de cada área do órgão no desempenho de suas funções, com vistas à qualidade do gasto, transparência e probidade administrativa". (SILVA, 2013). "A Controladoria é considerada como um setor organizacional responsável por dar o apoio necessário ao processo de gestão, disponibilizando informações dotadas de conteúdo eficaz e eficiente". (ORO et al., 2009). <p>Apesar das considerações acima este elaborador considera pertinente a argumentação apresentada, uma vez que a opção "É parte integrante da Contabilidade pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo", efetivamente, pode ser considerada como verdadeira. Efetivamente as opções "É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo" e "É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados". Satisfazem ao enunciado da questão.</p> <p>Razão pela qual, havendo duas opções igualmente satisfatória, opino pela ANULAÇÃO da questão, nestes termos.</p>

Inscrição	251
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	4
Questão nº	<p>9) Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:</p> <p>(A) É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo.</p> <p>(B) É um setor autônomo, tendo como função principal fiscalizar todos os demais segmentos da administração pública.</p> <p>(C) É um órgão de controle, ligado ao poder legislativo, que visa controlar as ações da administração pública.</p> <p>(D) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.</p>
Descrição dos fatos	<p>A questão de número 09 teve por gabarito a alternativa "D". Ocorre que ela igualmente possui a alternativa "A" como adequada ao comando, ensejando anulação. A referida questão versava o seguinte: "Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:(A) É parte integrante da Contabilidade pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo. (B) É um setor autônomo, tendo como função principal fiscalizar todos os demais segmentos da administração pública. (C) É um órgão de controle, ligado ao poder legislativo, que visa controlar as ações da administração pública. (D) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados." Ora, conforme pronunciamentos normativos, a Controladoria é um segmento da Contabilidade, tendo como função a fiscalização/gestão das informações contábeis (sua apresentação, escrituração), amplamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo - conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 74, inciso IV: "Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional." Como gestor de todo o sistema de informações, a Controladoria visa subsidiar os gestores e demais destinatários, em apoio, na correta aplicação dos recursos e mensuração dos resultados (conforme Portal Contábeis - vide Referências Bibliográficas). É de se notar, portanto, que a alternativa "A" igualmente satisfaz o requerido pela questão, sendo também considerada correta. Diante do exposto, pede-se a anulação da questão de número 09 (prova tipo 04), com a devida atribuição dos pontos. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Controladoria Aplicada ao Setor Público.</p>



	<p>Contábeis. Disponível em: https://www.contabeis.com.br/artigos/3847/controladoria-aplicada-ao-setor-publico/ .Acesso em: 22 jun. 2021. Controladoria: o que é, tipos e qual a função?. Fia. Disponível em: https://fia.com.br/blog/controladoria/ .Acesso em: 22 jun. 2021. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .Acesso em: 22 jun. 2021.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em referência a exposição efetuada pelo requerente, este avaliador expressa o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A requerente associa a demanda sobre Controles Internos em uma questão onde se questiona o papel da CONTROLADORIA no setor público. 2. Não há relação entre a demanda e a questão proposta: "Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção: (...)" 3. Outro sim, embora não seja o objeto da demanda, para subsidiar a alternativa considerada adequada, reporto-me às seguintes citações: "Quando se defende a aplicação de ações de controle na Administração Pública, os gestores nem sempre compreendem corretamente o tema. Muito confundida com a auditoria, a Controladoria oportuniza ao gestor a alternativa mais eficaz para o gasto e para a excelência de cada área do órgão no desempenho de suas funções, com vistas à qualidade do gasto, transparência e probidade administrativa". (SILVA, 2013). "A Controladoria é considerada como um setor organizacional responsável por dar o apoio necessário ao processo de gestão, disponibilizando informações dotadas de conteúdo eficaz e eficiente". (ORO et al., 2009). <p>Apesar das considerações acima este elaborador considera pertinente a argumentação apresentada, uma vez que a opção "É parte integrante da Contabilidade pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo", efetivamente, pode ser considerada como verdadeira. Efetivamente as opções "É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo" e "É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados".</p> <p>Satisfazem ao enunciado da questão.</p> <p>Razão pela qual, havendo duas opções igualmente satisfatória, opino pela ANULAÇÃO da questão, nestes termos.</p>

Inscrição	115
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>10) Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção:</p> <p>(A) É um setor autônomo, tendo como função principal fiscalizar todos os demais segmentos da administração pública.</p> <p>(B) É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo.</p> <p>(C) É um órgão de controle, ligado ao poder legislativo, que visa controlar as ações da administração pública.</p> <p>(D) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados.</p>
Descrição dos fatos	<p>O enunciado da questão disserta o seguinte: Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção: A alternativa dada como correta pelo gabarito preliminar foi a alternativa D), com o enunciado abaixo apresentado: (D) É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados. Porém ao avaliar o item e buscar informações, considera-se que a Controladoria não é responsável por Administrar informações. Primeiro apresento o que dispõe a CGE-SC. É o órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno e de Ouvidoria do Poder Executivo. Subordinada diretamente ao Governador do Estado, tem a função de assessorá-lo na defesa do patrimônio público. O órgão abrange três áreas: Auditoria-Geral do Estado, Ouvidoria-Geral do Estado e Corregedoria-Geral do Estado. São funções da CGE: - controlar e avaliar gastos e políticas públicas; - promover a correição; - combater a corrupção; - fomentar a transparência ; - promover a participação social. Na sequência apresento o que dispõe a CGU: A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. A CGU também deve exercer, como Órgão Central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74º: Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II - comprovar a</p>

	<p>legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. Portanto, analisando a questão, o enunciado e a legislação, entende-se que o termo ADMINISTRAR prejudica a alternativa e automaticamente inviabiliza que a mesma seja correta, pois a Controladoria é responsável por defender o patrimônio público, fomentar a transparência e viabilizar mecanismos de controle do orçamento bem como garantir medidas do bom andamento do serviço público, mas em hipótese nenhuma ela administra informações, devendo assim a questão ser anulada, pois a mesma não contém alternativa correta segundo a legislação vigente.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em referência a exposição efetuada pelo requerente, este avaliador expressa o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A requerente associa a demanda sobre Controles Internos em uma questão onde se questiona o papel da CONTROLADORIA no setor público. 2. Não há relação entre a demanda e a questão proposta: "Em relação ao papel da Controladoria na Gestão Pública, um conceito, dentre outros possíveis, que mais se aproxima de sua função, pode ser a apresentada na opção: (...)" 3. Outro sim, embora não seja o objeto da demanda, para subsidiar a alternativa considerada adequada, reporto-me às seguintes citações: "Quando se defende a aplicação de ações de controle na Administração Pública, os gestores nem sempre compreendem corretamente o tema. Muito confundida com a auditoria, a Controladoria oportuniza ao gestor a alternativa mais eficaz para o gasto e para a excelência de cada área do órgão no desempenho de suas funções, com vistas à qualidade do gasto, transparência e probidade administrativa". (SILVA, 2013). "A Controladoria é considerada como um setor organizacional responsável por dar o apoio necessário ao processo de gestão, disponibilizando informações dotadas de conteúdo eficaz e eficiente". (ORO et al., 2009). <p>Apesar das considerações acima este elaborador considera pertinente a argumentação apresentada, uma vez que a opção "É parte integrante da Contabilidade pública, tendo como principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo", efetivamente, pode ser considerada como verdadeira. Efetivamente as opções "É parte integrante da Contabilidade Pública, tendo como</p>

principal função fiscalizar a correta escrituração e apresentação das informações contábeis, notadamente ao gestor público e aos órgãos de controle externo" e "É o órgão que administra as informações (econômicas, físicas e financeiras) com o intuito de subsidiar o gestor público em uma avaliação mais correta dos resultados". Satisfazem ao enunciado da questão.

Razão pela qual, havendo duas opções igualmente satisfatória, opino pela **ANULAÇÃO da questão**, nestes termos.



Texto da questão recorrida

Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como:

- (A) Obrigatórios.
- (B) Extraordinários.
- (C) Efetivas.
- (D) Discricionários.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	9
02	10
03	5
04	5

Inscrição	166
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	2
Questão nº	10) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como: (A) Discricionários. (B) Efetivas. (C) Extraordinários. (D) Obrigatórios.
Descrição dos fatos	RECURSO ADMINISTRATIVO - PEDIDO DE ANULAÇÃO DE QUESTÃO Cargo: Controlador Interno Tipo de Prova: 02 Questão: 10 TEXTO DA QUESTÃO: Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como: (A) Discricionários. (B) Efetivas. (C) Extraordinários. (D) Obrigatórios. O gabarito preliminar consta como a alternativa correta a letra "A". Contudo, as "Transferências Fundo a Fundo" são relacionadas à transferência de verbas a Saúde e Assistência Social, integram o rol de transferências legais consideradas "obrigatórias de caráter continuado" como definido pelo art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000): "Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios." As "Transferências Fundo a Fundo" representam um instrumento de descentralização de recursos disciplinado em leis específicas que se caracterizam pelo repasse direto de recursos provenientes de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios. Os fundos

	<p>que atualmente operam essa modalidade de transferência são o Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS e o Fundo Nacional de Saúde – FNS. Ou seja, a receita vinculada à despesa na celebração de "Transferência Fundo a Fundo" é de caráter legal (OBRIGATÓRIO), sendo regulamentada pelas leis: Emenda Constitucional 29/00; a Lei n.º 9.604/98, e o Decreto n.º 2.529/98; Lei 8080/90; Portaria 3.992/17. Inclusive o ente beneficiado com o a transferência de recursos (saúde) mencionada acima, deve apresentar um Relatório Anual de Gestão - RAG, encaminhado ao Ministério da Saúde, sendo obrigatória a prestação de constas, conforme dispõe a Portaria de Consolidação nº 01 de 2017. Por fim, a resposta que consta no gabarito preliminar disposta pela Banca Examinadora está em desconformidade com o conceito de Transferência Discricionária, visto que por uma simples comparação de conceitos, é inviável a substituição dos convênios por transferências fundo a fundo, ainda que com a vinculação da finalidade de recursos. São dois instrumentos distintos que se prezam a atingir objetivos igualmente distintos: o primeiro decorre da vontade das partes para a realização de uma determinada e específica despesa pública; já o segundo de uma determinação legal para o atendimento de uma despesa de natureza continuada. Nestes termos, aguardo o deferimento. Candidato: Guilherme Trentin Fontes: https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/orcamento-em-discussao/edicao-8-2013-repasse-de-recursos-convenio-ou-transferencia-fundo-a-fundo.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos: Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>120</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>4</p>
<p>Questão nº</p>	<p>5) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como: (A) Obrigatórios. (B) Extraordinários. (C) Efetivas.</p>

	(D) Discricionários.
Descrição dos fatos	<p>Bom Dia . Segundo entendimento. As transferências de Fundo a fundo São transferências obrigatórias. Transferências Fundo a Fundo representam um instrumento de descentralização de recursos disciplinado em leis específicas que se caracterizam pelo repasse direto de recursos provenientes de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios. Os fundos que atualmente operam essa modalidade de transferência são o Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS e o Fundo Nacional de Saúde – FNS As transferências fundo a fundo na área de assistência social são realizadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social. As disposições normativas que disciplinam essas transferências são a Lei n.º 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.529, de 25 de março de 1998, que a regulamenta. A Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB-AS define “estratégias e movimentos mais operacionais que possibilitem o avanço em direção ao sistema inscrito na lei, dentre eles: competências dos órgãos gestores e das instâncias de negociação e controle social, fluxos e requisitos para o processo de habilitação, mecanismos e critérios para o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais de Assistências Social.” Os recursos destinados pela União aos estados, ao Distrito Federal e municípios para operacionalização dos serviços assistenciais visam suprir as demandas referentes à manutenção de ações de atendimento às crianças de zero a seis anos, aos idosos e às pessoas portadoras de deficiências. O documento da Política Nacional de SENADO FEDERAL – Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle 3 Luciano de Souza Gomes Assistência Social considera como destinatários dessa política os segmentos populacionais involuntariamente excluídos das políticas sociais básicas. Já as transferências fundo a fundo na área da saúde¹ são disciplinadas pela Lei n.º 8.142, de 19 de fevereiro de 1990, e regulamentadas pelo Decreto n.º 1.232, de 30 de agosto de 1994. As transferências fundo a fundo desenvolvem-se no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, por meio do Fundo Nacional de Saúde – FNS, segundo as condições de gestão estabelecidas na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB – 01/1996. Os recursos das transferências fundo a fundo destinam-se à cobertura das ações e serviços de saúde implementados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, traduzidas pelo investimento na rede de serviços, cobertura ambulatorial e hospitalar e demais ações de saúde. 3. Conclusões Nos termos do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Tais transferências são destinadas a atender a ações com propósitos específicos e com regras definidas caso a caso. São efetivadas por meio da celebração de Convênios ou Contratos de Repasse. Já as transferências fundo a</p>

	<p>fundo integram o rol de transferências legais consideradas “obrigatórias de caráter continuado” como definido pelo art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000): “Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.” Temos, portanto, duas modalidades distintas e específicas de transferência de recursos: uma que decorre da vontade do Governo Federal e do Estado ou Município para a realização de uma determinada ação (por exemplo, a construção de escolas públicas); e outra considerada obrigatória e de caráter continuado advinda de lei, medida provisória ou ato administrativo.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos: Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>44</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>3</p>
<p>Questão nº</p>	<p>5) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como: (A) Extraordinários. (B) Discricionários. (C) Efetivas. (D) Obrigatórios.</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>Prezada Banca Examinadora, A seguir discorre-se sobre a referida questão, trazendo legislações e demais referencias para embasamento da incorreção do gabarito dado como correto, tendo em vista que Transferência Fundo a Fundo constante no comando da questão é considerado Transferência legal/obrigatória e não discricionários como gabarito dado pela banca. O documento “ Orçamento Publico em discussão” realizado pelo Senado Federal (disponível em : https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/orcamento-em-discussao/edicao-8-2013-repasse-de-recursos-convenio-ou-</p>

	<p>transferencia-fundo-a-fundo), traz os diversos tipos de transferências de recursos realizados na administração pública. Em sua página 5, ele descreve os instrumentos para viabilizar as Transferências voluntárias e transferências legais conforme a seguir: "Os instrumentos para viabilizar as transferências voluntárias são: a) Convênios; b) Contratos de Repasse; c) Termo de Parceria. As transferências legais com finalidades específicas podem ocorrer de três formas: a) Transferência Direta ao Cidadão; b) Transferência Automática; c) Transferência Fundo a Fundo." Na página 9, na parte conclusiva, assim descreve: "Nesse sentido, entendemos inviável a substituição dos convênios por transferências fundo a fundo, ainda que com a vinculação da finalidade de recursos. São dois instrumentos distintos que se prezam a atingir objetivos igualmente distintos: o primeiro decorre da vontade das partes para a realização de uma determinada e específica despesa pública; já o segundo de uma determinação legal para o atendimento de uma despesa de natureza continuada." Outra referência é a Cartilha da CGU da gestão dos recursos federais (disponível em : https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/cartilhagestaorecursosfederais.pdf), no qual visualiza-se da página 45 até à página 71 diversas Transferências Fundo a Fundo que são transferências classificadas como legais/obrigatórias. A título de exemplos traga a seguir os exemplos trazidos: "ANEXO II - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS) ANEXO III - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE FUNDO A FUNDO: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (FNS) SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)." Desta forma, conforme as normas, o instrumento de Transferência Fundo a Fundo solicitada no comando da questão não se enquadra e não se classifica como Discricionária como dado no gabarito da questão, mas sim como transferência legal/obrigatória, determinada pela legislação. Diante do exposto, solicita-se a alteração do gabarito para a alternativa "Obrigatórios" ou a respectiva anulação da referida questão.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos:</p> <p>Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>

Inscrição	303
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	4
Questão nº	<p>5) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como:</p> <p>(A) Obrigatórios. (B) Extraordinários. (C) Efetivas. (D) Discricionários.</p>
Descrição dos fatos	<p>O enunciado da questão solicita assinalar a alternativa em que conste a classificação dos seguintes instrumentos de transferência: convênios, contratos de repasse, ajustes, transferência automática e transferência fundo a fundo. Segundo a publicação do Senado Federal “Repasse de recursos: convênio ou transferência fundo a fundo”, disponível em https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/orcamento-em-discussao/edicao-8-2013-repasse-de-recursos-convenio-ou-transferencia-fundo-a-fundo, as transferências fundo a fundo integram o rol de transferências legais consideradas “obrigatórias de caráter continuado” como definido pelo art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios; Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, QUE NÃO decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. E conforme a Constituição Federal de 1988, art.159, as transferências aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios são obrigatórias, não deixando margem de discricionariedade ao ente transferidor. Sendo assim, solicito a anulação da questão por não existir resposta adequada. Em caso negativo, solicito à banca informar qual o embasamento para a classificar todos os instrumentos de transferência citados como discricionários.</p>
Parecer Banca	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos:</p>

	Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.
--	--

Inscrição	136
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	9) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como: (A) Extraordinários. (B) Efetivas. (C) Obrigatórios. (D) Discricionários.
Descrição dos fatos	O gabarito preliminar, apontou como certa a alternativa “d” que considera como Discricionárias (voluntárias) as transferências elencadas na questão. Todavia, tal classificação não pode ser conferida às transferências automáticas e fundo a fundo. Senão vejamos. Conforme dispõe o art. 17, da LRF: "Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)". As Transferências Automáticas, nessa linha, consistem no repasse de recursos sem a utilização de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante o depósito em conta corrente específica, aberta em nome do beneficiário. Essa forma de transferência é empregada na descentralização de recursos em determinados programas, como o Bolsa Família, por exemplo, todos regulamentados por legislação específica, diga-se de passagem. As transferências fundo a fundo consistem em descentralização de recursos, cuja disciplina se encontra em leis específicas, caracterizadas pelo repasse direto de recursos provenientes de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios. Os melhores exemplo dessa modalidade estão previstos na Lei n.º 9.604/1998, regulamentada pelo Decreto n.º 2.529/98 (Assistência Social), bem como na Lei 8.142/90, regulamentadas pelo Decreto n.º 1.232/1994 (Sistema Único de Saúde). Significa dizer, em outras palavras, que as transferências automáticas e as fundo a fundo integram o rol de transferências legais, consideradas “obrigatórias de caráter continuado” como definido pelo art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, as transferências voluntárias ou discricionárias encontram embasamento jurídico no art. 25, do mesmo regramento, cujo conceito assim restou redigido: "Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de

	recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Aqui, sim, enquadram-se os convênios, os contratos de repasse e os ajustes. Tendo em vista que nenhuma das alternativas contempla totalmente a classificação das modalidades de transferências citadas, requer seja anulada a presente questão, em todos os tipos de prova do cargo de Controlador Interno, com a atribuição da respectiva pontuação.
Parecer Banca	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos: Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO . Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA .

Inscrição	270
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	9) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como: (A) Extraordinários. (B) Efetivas. (C) Obrigatórios. (D) Discricionários.
Descrição dos fatos	SEGUE ABAIXO A TRANSCRIÇÃO DA QUESTÃO: "Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como:" (A) Extraordinários. (B) Efetivas. (C) Obrigatórios. (D) Discricionários. A questão apresenta problemas em especial ao seu enunciado, pois se ela colocasse em relação a "TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS", a letra "D" conforme gabarito estaria correta. Como a questão não especificou do que se trata acaba invalidando a letra "D", porque todos os termos do enunciado acabam se tornando obrigatórios o seu devido pagamento, salvo em casos específicos em lei(LEI 8.666/93, LRF/2000, 4.320/64). Com o exposto acima solicito a mudança de gabarito para letra "C" ou então a sua devida anulação por causa do enunciado dubio e subjetivo.

Parecer Banca	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos:</p> <p>Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>
----------------------	---

Inscrição	115
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>9) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como:</p> <p>(A) Extraordinários. (B) Efetivas. (C) Obrigatórios. (D) Discricionários.</p>
Descrição dos fatos	<p>Primeiro apresento o enunciado da questão: Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência AUTOMÁTICA e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como: (A) Extraordinários. (B) Efetivas. (C) Obrigatórios. (D) Discricionários. A Alternativa dada como correta pelo gabarito preliminar foi a alternativa D, porém considerando a legislação temos que: A classificação das transferências entre obrigatórias ou discricionárias, dependendo do instrumento jurídico que lhe dá origem, sendo assim temos o seguinte. Transferências Obrigatórias Constitucionais. Decorrem de mandamento constitucional e são realizadas de forma AUTOMÁTICA pelo ente incumbido de realizá-las. A maior parte destas repartições de receita está prevista na seguinte seção do texto constitucional: Título VI – Da Tributação e do Orçamento Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional Seção VI – Da Repartição das Receitas Tributárias. Exemplos: FPM (CF art. 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”), FPE (CF art. 159, inciso I, alínea “a”) e IPI-Exportação (CF art. 159, inciso II). Transferências Obrigatórias Legais São as transferências cuja obrigatoriedade decorre de lei. Em geral, tratam-se de ações e programas incluídos no Anexo III da LDO, que trata de despesas que não serão objeto de limitação de empenho. Transferências Discricionárias Específicas No caso das discricionárias específicas, não é exigido o atendimento de requisitos fiscais pelo beneficiário. Em geral estas transferências</p>

	<p>estão ligadas a programas essenciais de governo. Exemplos: • Programa de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres • Programa de Proteção a Pessoas Ameaçadas • PAC (exceto as ações delegadas) Transferências Discricionárias por Delegação São as transferências efetuadas entre entes federativos ou a consórcios públicos visando a execução descentralizada de projetos e ações públicas de responsabilidade do concedente. Exemplos: • Fiscalização em Metrologia e Qualidade • Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Transferências Discricionárias para Organizações da Sociedade Civil São os repasses efetuados pela administração pública para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos visando a realização de atividades de interesse público. Instrumentos legais para a celebração do contrato: termo de colaboração ou termo de fomento. Transferências Discricionárias Voluntárias São repasses entregues aos entes federativos a título de cooperação e que não decorrem de determinação constitucional ou legal, mas exigem o atendimento de determinados requisitos fiscais pelo beneficiário, exceto para casos específicos. Visam a execução de um programa de governo em regime de mútua cooperação e, regra geral, exigem contrapartida financeira por parte do beneficiário. Considerando que o enunciado fala em TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA, e que transferência automática é uma transferência OBRIGATÓRIA, e portanto a questão deve ser anulada, pois dentre as modalidades apresentadas no enunciado da questão há alternativas que estão elencada no rol de transferências obrigatórias, a qual é a alternativa C), e há modalidades que estão que compõem o rol da alternativa D). Ou seja, fato que torna a questão anulável, sendo que o apresentado no respectivo recurso decorre de legislação.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos: Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>

<p>Inscrição</p>	<p>200</p>
<p>Cargo</p>	<p>Controle Interno</p>
<p>Tipo de Prova</p>	<p>2</p>
<p>Questão nº</p>	<p>10) Os convênios, os contratos de repasse, ajustes, a transferência automática e a transferência fundo a fundo, são exemplos de instrumentos de transferência que podem ser classificadas como:</p>

	<p>(A) Discricionários. (B) Efetivas. (C) Extraordinários. (D) Obrigatórios.</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>Nos termos do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Porém, há transferências fundo a fundo que se desenvolvem no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, por meio do Fundo Nacional de Saúde – FNS, o que as tornam de caráter obrigatório. Já as transferências realizadas por meio de convênios e contratos de repasse, de fato, são discricionárias. Dessa forma, fica evidente que há mais de uma alternativa correta, motivo pelo qual, a questão deve ser anulada.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Em revisão ao requerimento interposto e aos argumentos apresentados, este examinador modestamente, reconhece que efetivamente há duas alternativas possíveis para transferências de recursos: Obrigatórias e Discricionárias, dentre as opções propostas para assinalar como verdadeiras. Por este motivo, sugere pela ANULAÇÃO DA QUESTÃO. Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>

Texto da questão recorrida

Com relação ao papel da Controladoria para a gestão pública, a atribuição de monitoramento, está mais associada à sua:

- (A) Função Contábil-Financeira.
- (B) Função Controle Interno.
- (C) Função Gerencial-Estratégica.
- (D) Função Controle e Proteção dos Ativos.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	5
02	8
03	4
04	10

Inscrição	196
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	5) Com relação ao papel da Controladoria para a gestão pública, a atribuição de monitoramento, está mais associada à sua: (A) Função Contábil-Financeira. (B) Função Controle Interno. (C) Função Gerencial-Estratégica. (D) Função Controle e Proteção dos Ativos.
Descrição dos fatos	O gabarito preliminar adotado pela banca examinadora considerou que a alternativa de letra B, na questão de número 5 está correta, todavia na opção adotada a função CONTROLE INTERNO: tem como premissa a elaboração e o gerenciamento dos sistemas de controle interno (patrimônio e interesses organizacionais). A banca examinadora no comando da questão solicita a atribuição de monitoramento que está mais associada à sua função CONTÁBIL: preocupa-se em elaborar e monitorar registros contábeis, criar e interpretar demonstrativos contábeis, disponibilizar informações aos stakeholders, implementar procedimentos e políticas de controle. Tendo em vista o exposto, é fundamental a ANULAÇÃO DA QUESTÃO para que seja mantida a isonomia entre os participantes do concurso, pois as alternativas propostas pela questão não oferecem descrição correta e pertinente, uma vez que a opção letra A (função contábil- financeira) também não atende com fidelidade o comando da assertiva. Prejudica-se assim uma análise objetiva da questão. Fonte: As funções da controladoria de acordo com Borinelli (2006, apud Assis et. al; 2016) - www.congressosp.fipecafi.org
Parecer Banca	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo:

	<p>Este avaliador, reconhece que seja pertinente o questionamento do requerente, uma vez que, o termo monitoramento, embora claro e plenamente adequado a compreensão para a questão proposta, pode suscitar dúvidas e ambiguidades, podendo ser aplicada em mais de uma opção proposta.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>
--	---

Inscrição	32
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>5) Com relação ao papel da Controladoria para a gestão pública, a atribuição de monitoramento, está mais associada à sua:</p> <p>(A) Função Contábil-Financeira. (B) Função Controle Interno. (C) Função Gerencial-Estratégica. (D) Função Controle e Proteção dos Ativos.</p>
Descrição dos fatos	<p>A questão trata do papel da controladoria para a gestão pública, no que se refere ao monitoramento e questiona quanto a sua associação sobre as funções citadas nas alternativas. Como se sabe a controladoria possui diversas funções, dentre elas, conforme Borinelli (2006): 1. Função Contábil: preocupa-se em elaborar e monitorar registros contábeis, criar e interpretar demonstrativos contábeis, disponibilizar informações aos stakeholders, implementar procedimentos e políticas de controle; 2. Função Gerencial Estratégica: tem como objetivo dotar a alta administração de informações patrimoniais, financeiras, contábeis, econômicas e não-financeiras, além de construir sinergia de todas as atividades, de forma a atingir os objetivos organizacionais; 3. Função Custos: visa lançar, monitorar e avaliar custos; analisar estrategicamente novas ações, bem como resultados de práticas já executadas; 4. Função Tributária: envolve obrigações legais, fiscais e acessórias, tais como lançamento e controle de impostos, tributos e contribuições; 5. Função Proteção e Controle dos Ativos: representa o controle e gestão dos bens da organização e gestão dos ativos; 6. Função de Controle Interno: tem como premissa a elaboração e o gerenciamento dos sistemas de controle interno (patrimônio e interesses organizacionais); 7. Função de Controle de Riscos: busca identificar, medir, avaliar, gerenciar e divulgar os riscos da organização, bem como seus impactos.; 8. Função da Gestão da Informação: implanta e gerencia sistemas de informações estratégicas. Não há preocupação em gerenciar a tecnologia e sim os dados e as informações. No que se refere a questão não restou qual o tipo de monitoramento a que se referia, como pode se verificar das definições das funções da controlaria algumas delas englobam o monitoramento, porém, sobre enfoque diverso. Desse modo, a questão não deixou claro sobre qual tipo de monitoramento se referia, apenas citando o monitoramento. Ademais, na definição função de controle interno sequer é usada a</p>

	<p>palavra monitoramento, pois ela tem como premissa o gerenciamento dos sistemas de controle interno da instituição, sendo que seu enfoque é esse, verificar a conformidade dos sistemas de controle interno. Por seu turno, no que se refere à função contábil verifica-se que esta preocupa-se em monitorar registros contábeis. A função custos tem o intuito de monitorar, avaliar e lançar os custos. Notadamente, a questão não delimitou qual o tipo de monitoramento se referia, pois conforme se vê, é possível ter monitoramento em mais de uma função da controladoria, tratando-se de finalidades diversas. Em vista do exposto, em sede de recurso à questão, tendo em vista que não restou definido sobre qual monitoramento se referia deixando margem para diversas respostas requer a candidata que a questão 5 seja ANULADA.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que é necessária a anulação da questão, devido aos fatos apresentados abaixo: Este avaliador, reconhece que seja pertinente o questionamento do requerente, uma vez que, o termo monitoramento, embora claro e plenamente adequado a compreensão para a questão proposta, pode suscitar dúvidas e ambiguidades, podendo ser aplicada em mais de uma opção proposta. Diante dos argumentos apresentados pela banca, consideramos a questão ANULADA.</p>

Texto da questão recorrida

A realização da despesa orçamentária perpassa e se estende, em termos gerais, pelas seguintes fases:

- I. Planejamento da despesa e a previsão no orçamento ou em créditos adicionais, consignado dotação orçamentária própria.
- II. Realização do procedimento licitatório nas hipóteses determinadas em lei, ressalvados os casos de sua inexigibilidade, dispensa ou inaplicabilidade.
- III. O pagamento; o controle e a avaliação.
- IV. O empenho; a liquidação.

Podemos considerar como VERDADEIRAS as afirmações contidas em:

- (A) I, III e IV Apenas.
- (B) I, II e III Apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e IV Apenas.

<u>Tipo de Prova</u>	<u>Questão:</u>
01	7
02	6
03	6
04	7

Inscrição	44
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	3
Questão nº	<p>6) A realização da despesa orçamentária perpassa e se estende, em termos gerais, pelas seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Planejamento da despesa e a previsão no orçamento ou em créditos adicionais, consignado dotação orçamentária própria. II. Realização do procedimento licitatório nas hipóteses determinadas em lei, ressalvados os casos de sua inexigibilidade, dispensa ou inaplicabilidade. III. O pagamento; o controle e a avaliação. IV. O empenho; a liquidação. <p>Podemos considerar como VERDADEIRAS as afirmações contidas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) I, III e IV Apenas. (B) I, II e III Apenas. (C) I, II, III e IV. (D) I, II e IV Apenas.
Descrição dos fatos	Prezada Banca Examinadora, A seguir discorre-se sobre a referida questão, trazendo legislações e demais referencias para embasamento da incorreção do item I e solicitação de anulação da referida questão. A Lei Orçamentária Anual do próprio

Município de Belmonte LEI Nº 2.107/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020 (disponível em : <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/belmonte/lei-ordinaria/2020/211/2107/lei-ordinaria-n-2107-2020-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-de-belmonte-estado-de-santa-catarina-para-o-exercicio-financeiro-de-2021-e-contem-outras-providencias?q=lei%20or%E7amentaria>) tem seu título: “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”. Em seu art. 2 prevê: “A Receita Orçamentária fica estimada em R\$ 15.528.260,00,...”. Já em seu art.4 descreve “A Despesa Orçamentária no mesmo valor da Receita Orçamentária, fica fixada em R\$ 15.528.260,00,”. Assim, fica claro que as despesas são fixadas e as receitas são estimadas/previstas. Outra referencia é o Portal Transparência do Governo Federal (disponível em :<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>) que apresenta que as receitas são estimadas/previstas e as despesas são fixadas na Lei Orçamentária anual, conforme cita-se a seguir: “Essa ferramenta estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Assim, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados (e outras fontes) podem sofrer variações ano a ano, enquanto as despesas são fixadas para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada.” Outra referência é o Manual Técnico Orçamento 2021 aplicável a todos os entes federados do Brasil (disponível em :<https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2021:mto2021-versao14.pdf>). Na pagina 16 do manual descreve os princípios orçamentários que devem ser obedecidos, observados e aplicados e, dentre estes, o principio da Unidade ou Totalidade descreve: “De acordo com este princípio, o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Este princípio é mencionado no caput do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964, e visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo: LOA.” Percebe-se, mais uma vez, que todas as receitas são previstas e as despesas são fixadas na lei orçamentaria. Outra referência é a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) que descreve em seu art.12: Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Assim, o termo “previsão no orçamento” presente no item I referente a despesas orçamentarias, causa a incorreção do item. Conforme abordado o correto deveria ter sido colocado “Fixação no orçamento” no referido item e não como constou, tendo em vista pela legislação as receitas é que são previstas e



	as despesas são fixados no orçamento. Diante do exposto, solicita-se a banca examinadora a anulação da referida questão, tendo em vista que todas as alternativas da questão possuem o item I como correto, sendo que o mesmo conforme demonstrado está errado.
Parecer Banca	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a alteração do gabarito preliminar, visto que:</p> <p>Este examinador defere a solicitação uma vez que o item II efetivamente pode ser excluído da fase da Despesa, havendo, portanto, dificuldades para a indicação da opção verdadeira, que excluiria o item II.</p> <p>A opção considerada verdadeira contém respaldo em publicações específicas sobre o tema a exemplo do contido em https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u1882/financas_publicas_2016-1.pdf.</p> <p>Além do que, o texto do enunciado discorre sobre os procedimentos associados a elaboração, execução e controle orçamentários.</p> <p>Este examinador após revisão da questão entende adequado a MUDANÇA DE GABARITO, para a opção I, III e IV Apenas.</p>

Inscrição	270
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>7) A realização da despesa orçamentária perpassa e se estende, em termos gerais, pelas seguintes fases:</p> <p>I. Planejamento da despesa e a previsão no orçamento ou em créditos adicionais, consignado dotação orçamentária própria.</p> <p>II. Realização do procedimento licitatório nas hipóteses determinadas em lei, ressalvados os casos de sua inexigibilidade, dispensa ou inaplicabilidade.</p> <p>III. O pagamento; o controle e a avaliação.</p> <p>IV. O empenho; a liquidação.</p> <p>Podemos considerar como VERDADEIRAS as afirmações contidas em:</p> <p>(A) I, II e IV Apenas.</p> <p>(B) I, II e III Apenas.</p> <p>(C) I, III e IV Apenas.</p> <p>(D) I, II, III e IV.</p>
Descrição dos fatos	<p>Segue enunciado da questão com as alternativas: "A realização da despesa orçamentária perpassa e se estende, em termos gerais, pelas seguintes fases: I.Planejamento da despesa e a previsão no orçamento ou em créditos adicionais, consignado dotação orçamentária própria. II.Realização do procedimento licitatório nas hipóteses determinadas em lei, ressalvados os casos de sua inexigibilidade, dispensa ou inaplicabilidade. III.O pagamento; o controle e a avaliação. IV.O</p>

	<p>empenho; a liquidação." A QUESTÃO CLARAMENTE PEDE AS FASES DA DESPESA, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964 são: empenho, liquidação e pagamento, sendo que dentro dessas fases são realizados os controles e avaliações o que deixa a alternativa "III" correta. PONTO 1: O GABARITO PRELIMINAR DIZ QUE TODAS AS ALTERNATIVAS CORRESPONDEM AS FASES DA DESPESA ORÇAMENTARIA, O QUE ESTA EQUIVOCADO SEGUNDO A LEI 4.320/1964. POIS A ALTERNATIVA NUMERO "II" NÃO ATENDE O COMANDO DA QUESTÃO E NÃO HA O QUE SE FALAR QUE ELA PERTENÇA AS FASES DE DESPESAS . PONTO 2: E existe mais um problema na questão; segundo o MCASP 8ª edição a etapa de planejamento abrange, de modo geral, toda a análise para a formulação do plano e ações governamentais que servirão de base para a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • fixação da despesa orçamentária; • a descentralização/movimentação de créditos; • a programação orçamentária e financeira; e • o processo de licitação e contratação. <p>Como pode ver logo acima o item numero "II" das alternativas de resposta não esta contemplado no edital, ou seja, o MCASP 8 EDIÇÃO, não esta previsto no edital e foi cobrado, sendo assim a alternativa numero II esta errada. Com esses 2 pontos não favoráveis, peço que retifiquem a alternativa "II" como errada, mudando assim o gabarito para letra "C" SOLICITO A MUDANÇA DE GABARITO PARA LETRA "C",</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a alteração do gabarito preliminar, visto que:</p> <p>Este examinador defere a solicitação uma vez que o item II efetivamente pode ser excluído da fase da Despesa, havendo, portanto, dificuldades para a indicação da opção verdadeira, que excluiria o item II.</p> <p>A opção considerada verdadeira contém respaldo em publicações específicas sobre o tema a exemplo do contido em https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u1882/financas_publicas_2016-1.pdf.</p> <p>Além do que, o texto do enunciado discorre sobre os procedimentos associados a elaboração, execução e controle orçamentários.</p> <p>Este examinador após revisão da questão entende adequado a MUDANÇA DE GABARITO, para a opção I, III e IV Apenas.</p>

Inscrição	196
Cargo	Controle Interno
Tipo de Prova	1
Questão nº	<p>7) A realização da despesa orçamentária perpassa e se estende, em termos gerais, pelas seguintes fases:</p> <p>I. Planejamento da despesa e a previsão no orçamento ou em créditos adicionais, consignado dotação orçamentária própria.</p>

	<p>II. Realização do procedimento licitatório nas hipóteses determinadas em lei, ressalvados os casos de sua inexigibilidade, dispensa ou inaplicabilidade.</p> <p>III. O pagamento; o controle e a avaliação.</p> <p>IV. O empenho; a liquidação.</p> <p>Podemos considerar como VERDADEIRAS as afirmações contidas em:</p> <p>(A) I, II e IV Apenas.</p> <p>(B) I, II e III Apenas.</p> <p>(C) I, III e IV Apenas.</p> <p>(D) I, II, III e IV.</p>
<p>Descrição dos fatos</p>	<p>O gabarito preliminar adotado pela banca examinadora considerou que a alternativa D, na questão de número 7 está correta. Questão 07 A realização da despesa orçamentária perpassa e se estende, em termos gerais, pelas seguintes fases: I Planejamento da despesa e a previsão no orçamento ou em créditos adicionais, consignado dotação orçamentária própria. O comando da questão e a definição apresentada no item I não apresenta definição congruente com a legislação e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Vejamos: Lei 4.320/1964 Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. MCASP Etapas da despesa orçamentária *PLANEJAMENTO •Fixação da despesa •Descentralização de créditos orçamentários •Programação orçamentária e financeira •Processo de licitação e contratação *EXECUÇÃO •Empenho •Em liquidação •Liquidação •Pagamento Tendo em vista o exposto, é fundamental a ANULAÇÃO DA QUESTÃO para que seja mantida a isonomia entre os participantes do concurso, o item I da assertiva afirma que a despesa na fase de planejamento será PREVISTA, o que contraria a Lei e o Manual técnico de contabilidade aplicada ao setor público que afirma que a despesa será FIXADA. Sendo assim prejudicando uma análise objetiva da questão. Fonte: MCASP; LEI 4.320/1964.</p>
<p>Parecer Banca</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se será necessária a alteração do gabarito preliminar, visto que:</p> <p>Este examinador defere a solicitação uma vez que o item II efetivamente pode ser excluído da fase da Despesa, havendo, portanto, dificuldades para a indicação da opção verdadeira, que excluiria o item II.</p> <p>A opção considerada verdadeira contém respaldo em publicações específicas sobre o tema a exemplo do contido em https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u1882/financas_publicas_2016-1.pdf.</p>

Além do que, o texto do enunciado discorre sobre os procedimentos associados a elaboração, execução e controle orçamentários.

Este examinador após revisão da questão entende adequado a **MUDANÇA DE GABARITO**, para a opção I, III e IV Apenas.

São Miguel do Oeste - SC, 02 de julho de 2021.

Comissão Organizadora AMEOSC

Edina G. T. Spironello
Assessora Jurídica
OAB/SC 21448

